

**Conselho Federal de Administração**

O Sistema CFA/CRAs tem como missão promover a Ciência da Administração valorizando as competências profissionais, a sustentabilidade das organizações e o desenvolvimento do país.



Diretoria Executiva

Setor de Autarquias Sul - Quadra 01 - Bloco L Edifício CFA - Bairro Asa Sul - Brasília-DF - CEP 70070-932
Telefone: (61) 3218-1800 - www.cfa.org.br

ATA DIREX Nº 5/2021/CFA

ATA DA 2ª REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA DO CFA DE 2021**Data:** 03 de março de 2021**Horário:** 13h30 às 18h**Local:** Sede CFA, Brasília/DF.**PRESIDÊNCIA:** Adm. Mauro Kreuz**SECRETARIA:** Adm. Francisco Rogério Cristino**A – Conselheiros Federais presentes**

1. Adm. Mauro Kreuz – SP, Presidente
2. Adm. Rogério Ramos de Souza – TO, Vice-Presidente
3. Adm. Francisco Rogério Cristino – CE, Diretor da CAF
4. Adm. Carlos Alberto Ferreira Júnior – DF, Diretor da CFR
5. Adm. Cláudia de Salles Stadtlober – RS, Diretora da CFP
6. Adm. Diego Cabral Ferreira da Costa – SE, Diretor da CDI
7. Adm. Gilmar Camargo de Almeida – MG, Diretor da CRIE
8. Adm. Fábio Mendes Macedo – AC, Diretor da CGP
9. Adm. Marcos Kalebbe Saraiva Maia Costa – PB, Diretor da CEPE

B – Convidados

1. Amilcar Pacheco dos Santos - PR
2. Adm. José Carlos de Sá Colares - AM

ASSUNTOS EM DISCUSSÃO**1. ABERTURA**

O Presidente Mauro Kreuz cumprimentou os Diretores, dando-lhes boas vindas. Inicialmente, propôs que fossem abordados os assuntos estritamente deliberativos que precedem a necessidade de serem examinados pela Diretoria Executiva e apreciados pelo Plenário. Manifestou estar feliz com a presença do Vice-Presidente, Cons. Rogério Ramos, e do Coordenador de Análise de Contas, Cons. Amilcar Pacheco, dois bravos colegas que sobreviveram à Covid19, saudando ambos com saúde, citando que o Sistema perdeu dois colegas recentemente, o ex-Presidente do CRA-RO, Adm. René Lobo, com quem fez vários trabalhos quando era Presidente da ANGRAD, além de outros colegas, mencionando a situação grave de saúde em que se encontrava o Adm. José Samuel de Melo Júnior, ex-Presidente do CRA-MA, citando que a situação dele é preocupante oscilando entre melhora e piora, desejando que Deus certamente queira o que for melhor para ele.

Na sequência, citou que nesta data era para estar ocorrendo o ENAF, um evento emblemático para a gestão destes dois anos, citando a dedicação do Gabinete da Presidência, da Câmara de Fiscalização e Registro, da Câmara de Eventos e Relações Internacionais, entretanto, houve a surpresa do decreto do Governador do DF e a necessidade de “abortar” a

operação, citando que fica triste pelas consequências que isso causou e está causando e pela importância que tem este evento, apesar de ser retomado em breve novamente. Acrescentou que depois que retomou as análises do período de 2015 a 2020, inclusive em janeiro de 2021, o ENAF ganha ainda mais importância do que já poderia vir a ter porque esta análise confirma toda a tendência que apresentou no Fórum de Presidentes, lá se olhava do ponto de vista físico, usava o conceito de *market share*, participação no mercado, de domínio do mercado, mostrou que atualizando os estudos aos Presidentes e à Diretoria que o *market share* (citando que a Cons. Claudia não pôde estar presente), mencionando que agora não é mais de 9,5 e sim de 7,5, ou seja, aquele estudo de 2017 mantém o seu comportamento da mesma forma como já vinha se mantendo, então urge rever e de fato manter e tocar na ferida, não se pode mais ficar “fazendo de conta”, mencionando que a história é linda por um lado, mas muito preocupante por outro, citando que é preciso fazer a meia culpa de que, quem sabe do ponto de vista da própria anatomia organizacional, se ficou muitas décadas com foco no político e não na gestão do “business” do “negócio” do Sistema CFA/CRAs. Acrescentou que está cabendo a todos revisitar isso sem medo, usando obviamente a própria Administração para rever isso, relatando que se sente muito tranquilo, mencionando que se tem o clima político hoje no Plenário e assim aproveitar esses dois anos e revisitar de forma muito focada, determinada, dura e profissional, o que tem que ser revisitado, muito já foi feito nestes dois anos anteriores e há muito ainda a fazer nestes dois anos agora. Ao Cons. Carlos Alberto, o Presidente Mauro Kreuz relatou a sua tristeza que sente hoje depois de todo o esforço da CFR, do Gabinete, da CRIE com o Cons. Gilmar e todo o staff e toda a equipe, muito foi feito e no final de semana todos foram surpreendidos e foi necessário “abortar”, citando que ainda está desolado, mas em breve espera que se tenha o clima sanitário para retomar e fazer realmente um evento marcadamente emblemático para a gestão e para o Sistema CFA/CRAs.

Com a palavra, o Cons. Carlos Alberto Ferreira Júnior relatou que a sua frustração também é grande neste aspecto, mas não sabe se todos tinham conhecimento, mas estava fazendo uma “rodada” pelos Estados da Federação exatamente como um preparatório para o ENAF e mais preocupado com o pós ENAF, em identificar falhas e essas coisas todas. Citou que há notícias boas e ruins, relatando que esta visita ficou muito claro, que em alguns Estados em que visitou há condições de fazer, mas é preciso usar ferramentas de Administração para fazer acontecer, citando que conseguiu mapear situações e é possível detectar exatamente onde estão os gargalos, porque o registro não acontece, porque a fiscalização não acontece nos Estados, citando que não é só um problema político, é também técnico, problemas de sistema, Implanta, essas coisas todas e de metodologia de trabalho. Relatou que Minas Gerais está fazendo um bom trabalho que seria apresentado no ENAF, que é um projeto intitulado “Homem Hora” e já conseguiram definir as rotinas e os processos de trabalho e relataram que um fiscal tem condições de fazer por mês “tantas” intimações, “tantos” autos de infração, sendo que tudo que foi conversado no último ENAF tem condições, mas o processo ainda não está muito “redondo”, é preciso consultoria externa, de tratamento externo, não havendo condições de dispor a dar consultoria, parando para “desenhar” processos de trabalho enquanto Conselheiros, então, é preciso ajuda externa para pegar algumas “ilhas de excelência”, algumas boas práticas, aprofundar, fazer, desenvolver e entregar prontinho para os Regionais, destacando que ficou muito clara a necessidade de ajuda externa nisso em alguns aspectos, do porquê que os processos param e não “andam”, se pega os CNAES, os PJs, entrega e vem o retorno, e quando vem eles se perdem em vários momentos, se perdem na quantidade de defesas que chegam, abandonam aquilo que poderiam trabalhar, que não tem defesa e seria só “apertar o botão” e passar para a próxima fase e não fazem, porque começam a dedicar tempo a coisas que não dão retorno, um exemplo concreto seria o Paraná: 1.269 processos de gestão condominial, aí se detecta os erros internos, 780 processos foram arquivados porque querem imobiliária e questionou ao Coordenador da CFR, Adm. Ailton Brito, sobre o CNAE que é de gestão condominial, sendo uma coisa simples, mas foi explicado que o CNAE de gestão condominial é o mesmo da Imobiliária e não se pode cometer um erro desse e mandou 1.269 processos e 780 arquivados e se imagina o tempo que o CRA-PR levou para checar que 780 processos teriam que ser arquivados, ao invés de estar fiscalizando e registrando, mas sobraram 500 e se descobre que dos 1.200 processos tem 2.400 ofícios, para cada processo foram enviados dois ofícios, envia um, não tem resposta, passam três meses sem resposta, e envia o segundo reiterando se já poderia ir direto à intimação, ressaltando que tudo é metodologia de trabalho e chega-se à conclusão que tem 500 processos, 77 intimações, 33 autos de infração e 15 registros, questionando o porquê de estar fazendo ofícios e intimação, tem 77 processos que estão com intimação pronta basta gerar o auto, há 33 autos que não estão sendo cobrados e não viram notificação de débito e fica muito claro porque não acontece a “coisa” na ponta no final das contas é tudo metodologia de trabalho, é planejamento, é decisão em arquivar coisas. Na oportunidade, solicitou espaço para pedir desculpa a alguns Conselheiros Federais, citando que foi o setor de passagens (CAA/CAF) que definiu o roteiro de viagem, porque quando dizia que iria fazer três estados em uma semana, foi definido pelo setor se primeiro iria para Tocantins e depois para o Acre, citando que ele próprio não tinha este controle, então no contato quando dizia que estava decidida a passagem, então ligou para os Presidentes e disse para chamar o Conselheiro Federal para participar junto, mencionando que a Adm. Claudia Abreu (CRA-RS) não pôde participar e quem conduziu a reunião em Porto Alegre foi outra pessoa, não conseguiu conversar com a Adm. Claudia, no CRA-PR conversou com o Adm. Sérgio Lobo solicitando que chamasse o Cons. Amílcar Pacheco e perguntou se estava tudo certinho, citando que não estava lá. Em São Paulo, relatou que não sabe quem seria o Conselheiro Federal e não teve o prazer de encontrar o Conselheiro Federal de São Paulo apenas conversou com o Presidente do CRA-SP. Relatou, ainda, que o Adm. Evandro Linhares o recebeu em Santa Catarina. Alguns acabaram que o Presidente fez contato com o Federal e conversaram e “trocaram ideias” e pediu desculpas antecipadamente por falar com o Presidente e pediu que participasse o Conselheiro Federal do Estado; citou que em Minas Gerais o Adm. Jehu o recebeu muito bem, o Cons. Gilmar Camargo esteve lá também o assessorou. Mencionou que as perspectivas são muito boas e o Presidente precisa colocar a “mão na massa” e fazer acontecer e o pós ENAF é essencial, depois será combinado tudo de novo e não vai acontecer e frustrar de novo.

Com a palavra, o Cons. Amilcar Pacheco relatou que se criou uma situação complicada no CRA-PR, citando que o Adm. Sérgio Lobo informou que não foi informado pelo Cons. Carlos Alberto de que deveria chamar o Cons. Federal e, pelo contrário, que no tempo dele o CFA comunicava o Conselheiro Federal, então, no dia 24, à tarde, um funcionário o contactou e disse se não iria para a reunião com o Cons. Carlos Alberto que começara às 11hs e respondeu que desconhecia e foi-lhe informado que seria bom que estivesse presente, como era um funcionário, não foi. Relatou que ficou muito chateado porque pensa que o CFA, a partir que um Diretor do CFA vai visitar um Estado, o mínimo a ser feito é comunicar o Conselheiro Federal, em primeiro lugar os seus pares, então deixou registrada a sua reclamação. O Cons. Carlos Alberto relatou que quando ligou ele conversou questionando se poderia ir ao Paraná, disse quando seria a passagem e foi-lhe respondido que seria muito bem vindo e disse para chamar o Conselheiro Federal para fazer a reunião e avisou que seria dura para falar sobre coisas sérias e quando chegou ao Regional e não viu o Cons. Amilcar questionou se estava tudo tranquilo, tendo sido respondido que sim, estava, e que eram parceiros, citando que depois conversariam em separado.

2. APRECIÇÃO DA ATA DA 1ª REUNIÃO DA DIREX, REALIZADA NO DIA 03 DE FEVEREIRO DE 2021, EM BRASÍLIA/DF. (DELIBERATIVO)

Aprovada a ata em apreço, por unanimidade.

3. CONSIDERAÇÕES E REFLEXÕES DA PRESIDÊNCIA

O Presidente Mauro Kreuz relatou que finalizou a análise do Brasil e fez também por Estado depois, as cotas partes de 2015 a 2020, obviamente que esta análise de desempenho fez uma atualização e trouxe tudo para a moeda de 2015 para poder fazer a comparação e para poder dizer se melhorou ou piorou em relação a 2015 e acrescentou que se não fizesse esse ajuste, que disse ser tecnicamente recomendado, teria se chegado a uma conclusão equivocada de que haveria tido um crescimento de 12,1%, de 15 a 20, ou seja, um crescimento na ordem de R\$ 2.435.402,00 à moeda de 2015, o que poderia permitir dizer também que o Sistema teria enriquecido R\$ 12.177,00, citando que se usa a técnica da análise financeira e traz tudo ao valor presente, ao valor comparativo de 2015 a 2020 e vê que na verdade houve um declínio de 23,5%, ou seja, relatou que não se cresceu 12%, ou seja, diminuiu 23,5%, houve o empobrecimento a dinheiro de 2015 de R\$ 4.711.000,00, o Sistema empobreceu à moeda de 2015, R\$ 24.000.000,00, e essa é a realidade, e encontra na análise financeira uma correlação perfeita com a análise física que apresentou no Fórum de Presidentes que é a queda contínua de *market share*, ou seja, cada vez se registrou menos e até se pode crescer entre um período ao outro, mas se o mercado cresce 10 e se cresceu 2, na verdade se está perdendo *market share*, porque o mercado continua potencializado, mas o Sistema não, e, obviamente, foi fazendo vários outros cruzamentos e pegou o que já entrou em 2021, citando que fez a comparação de 2015 a 2021 e não mais até 2020 e a queda é maior do que no período todo 33,3%, cerca de um terço, ou seja, dezembro e janeiro/2021 comparado à mesma moeda de 2015 entrou menos de R\$ 2.000.000,00 e no Sistema –R\$ 8.483.000,00 apenas nos dois primeiros meses, citando que no ano passado apresentou que houve um empobrecimento que equivale a 87.300 anuidades, foi o empobrecimento em 2020 para 2019, ou seja, isso reforça a tese de que a tendência continua porque quando se faz análises técnicas e estatísticas, se olha o comportamento e a tendência da curva e é por isso que introduziu-se aí da COVID a média móvel e dá exatamente essa ideia, no ponto de vista do período de análise, a tendência é de aumento e de declínio e com finanças não é diferente e também foi a janeiro, pegou dezembro e janeiro de 2020 e comparou com dezembro e janeiro de 2021, só comparou 21 com 20, tirando obviamente o efeito da correção e a queda está sendo de 18,2, entre 21 a 20, ou seja, R\$ 1.700.000,00 foram arrecadados a menos em janeiro e fevereiro deste ano, comparado a janeiro, fevereiro do ano passado. Citou que fez um outro recorte que é janeiro com janeiro, ou seja, já está olhando a anuidade agora de 2021 e que entrou agora relativo à nova anuidade, citando que a cota parte é de 20% e para mostrar é só “ladeira abaixo”, 40% a menos, em janeiro deste ano comparado a janeiro do ano passado.

O Cons. Carlos Alberto mencionou que em Porto Alegre, também estava com este questionamento porque estava com estes números que o Cons. Rogério Cristino passou do Brasil inteiro para viajar e quando chegou em Porto Alegre questionou o porquê da queda ter sido tão grande e foi informado que deram desconto até 15 de fevereiro, então, muita gente não pagou janeiro para pagar dia 15/02 com 15% e parece que houve uma mudança na regra, na sistemática. O Presidente Mauro Kreuz disse que é preciso aguardar em fevereiro para ver como irá se comportar, quer dizer que está tendo o indicativo muito forte, isso no Sistema representa R\$ 8.200.000,00 no Sistema e R\$ 1.600.000,00 deixaram de entrar em janeiro, comparado a janeiro, no cofre, no Caixa aqui, ou seja, se é 39,9 / 40% a menos já está imaginando se não tiver uma recuperação em fevereiro e março, comparativamente a fevereiro e março/2020 será necessário colocar a “mão na massa” no orçamento, é o grosso da receita e não vai fechar o orçamento, citando que isso que já tinha cortado dele cerca de R\$ 5.000.000,00, ou seja, já mostrou no Plenário e retomará a todos os Conselheiros que não acompanharam isso e é importante os novos Conselheiros e é preciso ter um cuidado muito grande em relação a isso.

Relatou que fez o comportamento por Estado de cada CRAs, fez uma análise do G9 que é “incrível”, em 2016, os nove representavam 79% e passou a 81,8%; 81,4%; 80,2%; 80,1% e ficou em 79,980%, ou seja, os nove mantêm proporcionalmente a sua importância. No entanto, o “bolo” caiu porque esse G9 encolheu 23% no período de 15 a 20. Esses nove Regionais em moeda comparável caíram 22,6%, ou seja, quase 23%, empobreceram na verdade quase R\$ 18.000.000,00 e o CFA deixou de encaixar cerca de R\$ 4.000.000,00. Então, o peso, a participação deles é muito grande porque representam 76% na média de todo o bolo de arrecadação. Depois ampliou para o G13, que entra Ceará, Pará, Amazonas e Goiás, que representava 88,8% em 15; 89% em 16; 88,16% em 17; 87,8% em 18 e 89% em 2019 e, portanto,

mantém esse alinhamento de quase 90%, o G13 – 90% de todo o “bolo” e como foi o comportamento do G13 também caiu quase 24% e manteve a mesma tendência histórica, caiu e representou uma redução de receita só do G13 de R\$ 4.241.000,00 e foi perdido neste período de 15 a 20 – R\$ 21.207.000,00, foi o empobrecimento, ou seja, representou 90% de toda a massa de arrecadação e o restante dos 14 representam 10%. Então, quando um desses do G9 e G13 despenca em desempenho como despencaram é um “horror” e foi para os números, pegando o caso do Paraná, que é o mais emblemático de todos, e em 2015 representava 5% de toda a arrecadação e agora está representando 3,6 apenas (2020), ocupava a 7ª posição e em 2020 despencou para 9ª posição; citou, ainda, São Paulo representava 20,9 (21), caiu para 19, caiu para 18, para 17 e voltou para 18,9 (19%) em 2020 a sua representação; quanto ao Rio de Janeiro eram 16, ficou em 16, foi para 17, caiu para 15 em 2018, veio para 16% em 19 e em 2020 caiu para 15 de novo e, obviamente, fez o mesmo de cada um e a posição comparativa de todos eles dentro do sistema, então, mostra claramente, citando que se pegar Minas Gerais era 9,4 de toda a massa em 2015, subiu para 10,4; 10,3; 10,6; 13 em 2019 e 12,3. Citou que ao pegar Rio Grande do Sul era 6,9, veio para 8,9; caiu para 8,1; para 7,4; 7,5 e em 2020 representou 8,2 e se pode fazer uma análise e várias inferências sobre isso. Em Santa Catarina era 6,1; 6,4; 6,3; 6,5 e caiu para 5,9 e em 2020 caiu para 5, quer dizer, se olhar já estava em 6,4; 6,5 e veio para 5 e é importante a participação dele, citando que outro que chamou a atenção foi a Bahia, representava 5,4, foi para 5,5, veio para 6,2 em 2017; 6,1 em 2018, 6,5 em 2019 e caiu para 5,7 em 2020. Então, estava explicando que o G9, quando um dos CRAs dos G9 despenca é um rombo para todos “aqui”, citando que é o que dizia ao Diretor Carlos Alberto, que é preciso colocar muito foco no trabalho dos grandes e para a subsistência e sustentabilidade, citando que houve menores que cresceram e tiveram bom desempenho, elogiáveis desempenhos, mas o impacto ponderado é muito pequeno, demonstrando que se 13 detém 90%, se 9 detém 78%, 81%, 82% e 14 – 10%, então, onde deve estar o foco no ponto de vista da gestão financeira da arrecadação, citando ser realmente muito problemática e detalhará melhor na reunião plenária projetando, apenas queria dar essas rápidas introduções e já se tem o cenário, que espera que mude bastante com o esforço em envidar todos no período de gestão “aqui”.

Com a palavra, o Cons. Carlos Alberto complementou que se lembrou de Conselheiros, quando visitou os Estados, relatando que visitou os Estados grandes e foi “incrível” e quando, conversando com o Presidente do CRA-SP, Adm. Wintaker, e conversou sobre vários assuntos com a equipe e toda hora o interrompia dizendo sobre a necessidade de flexibilizar as regras de negociação, descrevendo que ele andava, andava, andava e ele repetia que era preciso mexer nas regras para negociar e facilitar a cobrança de recebíveis e lembrou que toda vez que tem Plenária e Fórum de Presidentes fica aquela discussão, uns acham que tem que dar muito desconto, uns acham que tem que facilitar, outros querem 40% de desconto na anuidade, citando que o discurso em São Paulo é o mesmo que o Acre, Alagoas, Sergipe, Roraima vem usando todos os anos quando sentiram o baque. Expôs que fez um comentário em Minas Gerais, citando que São Paulo quer dinheiro, quer que facilite cobrança, quer que dê mais desconto e falou que parece discurso que se ouve de CRAs pequenos e o Adm. Jehu sorriu “amarelo” e falou que é o mesmo discurso de Minas Gerais também (citando que achou engraçado isso). Citou que a boa notícia é que a perspectiva para cobrança é muito boa, mencionando que será necessário sentar e parar para conversar e ver cobrança e dívida ativa, citando que já falou para o Cons. Rogério Cristino e relatou que o Paraná está começando protesto, Porto Alegre da mesma forma, gente que estava só usando a execução fiscal até hoje e apareceu uma nova perspectiva, Bahia cadin muito boa, cobrança de multas, taxas, enfim, vê com boas perspectivas para a cobrança esse ano.

O Presidente Mauro Kreuz questionou o Cons. Carlos Alberto sobre qual o CRA que licitou uma empresa chamada Parcela, alguém lhe disse e não soube dizer quem. O Cons. Carlos Alberto esclareceu que ele fez o comentário antes de viajar citando que já tinha conversado com a “Vamos Parcelar”, com a “Tudo Certo”, com a “Mais Câmara” e está ouvindo quatro, cinco empresas desse ramo, tendo o Presidente compreendido. O Cons. Carlos Alberto comentou que perguntou nos Estados se acham interessante, um é dividido, na mesa uns torcem o nariz, outros acham que é uma ótima ideia usar empresa de cobrança. O Presidente Mauro solicitou ao Adv. Marcelo Dionísio a sua manifestação sobre a existência de impedimentos legais de dar desconto, abatimento, questionando como seria e o Assessor Jurídico do CFA relatou que o que a Lei 12.514 define é que compete aos respectivos Conselhos Federais definir a política de isenções, descontos pré-recém-formados e, enfim, citou que isso está na competência do Plenário dos respectivos Federais, então se quer estabelecer um critério de desconto, pode ou não. O Presidente questionou quanto à dívida, tendo o Adv. Marcelo citado que sobre a dívida ativa seria outro assunto, a terceirização da dívida ativa, da cobrança, citando que, a julgar o Tribunal de Contas da União, que entende que a cobrança está abrangida pela atividade fim do Conselho, ou seja, se fiscaliza, a cobrança está aderente com a atividade fim de fiscalização. Então, a julgar que não seria razoável. O Presidente questionou se poderia abonar multa, cortar juros, correção monetária, se legalmente seria possível fazê-lo, tendo o Assessor Jurídico esclarecido que poderia, mas há uma ressalva sobre o estudo financeiro do impacto disso sobre as finanças do Conselho, não seria simplesmente “ah, a lei me autoriza e eu vou fazer”, citando que terá que enveredar para essa discussão, citou que sabe e que acompanhou isso por várias vezes e existem duas correntes, uma que entende “tudo bem, pode parcelar, mas não abonar”, porque quem pagou em dia como se sente, aquela velha história de novo, citando que então daqui a pouco “eu não pago” e lá na frente “já tem um Refiz pra mim e negocio”, é, portanto, “uma faca de dois gumes ou de dois legumes”, citando que “depende de como quer olhar, meio cheio ou meio vazio”, mas pode ter os dois tipos.

Com a palavra, o Cons. Marcos Kalebbe comentou que em relação ao que o Cons. Carlos Alberto colocou dos Regionais, citou que vê uma certa dificuldade neles porque hoje não tem uma margem de negociação, aquele valor definido pela Resolução acabou, relatou que sofreram (a Junta Interventora) muito quando estavam no Pará e hoje no CRA-PB às vezes vê a boa fé do profissional e quer pagar, mas não tem condições de arcar com aquele juros decorrente do período que veio do tempo, não há uma margem de negociação. Declarou que é totalmente contra o Refiz como é feito hoje, lembrando que não há mais nenhum em vigor, tendo sido finalizado o ano passado, porém entende a importância dessa margem de negociação e quantas vezes chegaram no CRA-PA querendo fazer negociação com o Conselho para pagar, inclusive, sempre

foi amarrado à questão do pagamento parcelado através de cartão de crédito e, se fosse parcelar no boleto, paga-se a primeira e depois não paga mais, mencionando que deveria haver uma forma de negociação em termos de abatimento, não mexendo no principal, mas na questão do juro e da multa para que o CRA pudesse fazer a negociação. Mencionou que até a pouco, falando de receita dos próprios Conselhos, o Presidente Hélio Tito (CRA-MT) veio conversar sobre uma dificuldade dos CRAs que aderiram ao Implanta, que seria em relação ao protesto, que hoje o Implanta não está emitindo a CDA para ser encaminhada para o cartório, na verdade, e pediu até auxílio do CFA, se poderia ajudar nesse sentido, porque lá mesmo estão com uma cobrança muito forte, como é de conhecimento de todos e do Presidente e pediu auxílio, relatando que ficou surpreso porque o “próprio CRA-PB” não havia chegado nele para falar sobre esta questão. Citou que está colocando a questão para melhorar os índices apresentados, como uma forma de auxiliar os Regionais na emissão do CDA e uma forma de parcelamento e negociação que o Administrador possa ter para chegar ao CRA para fazer o pagamento. O Presidente Mauro relatou que todos esses assuntos deverão vir à tona no ENAF com toda a certeza.

Com a palavra, o Vice-Presidente Rogério Ramos relatou que vive esse dilema na Secretaria de Finanças (TO) e discutir isso em nível de Brasil, ABRACE, Secretaria Brasileira de Finanças e, obviamente, tem uma ideia clara de como funciona o sistema tributário e, na verdade, o Conselho é uma contribuição e ocorre na tomada de decisão em ter o Refiz, de prestigiar os que estão em dia em detrimento dos que pagam em atraso, uma série de variantes e vertentes que são teorias e justificativas e todas elas têm a sua peculiaridade. Porém, citou que é preciso observar com relação a essas situações, principalmente de Refiz, os momentos e as realidades que todos vivem, citando que todos viviam momentos ditos normais e talvez o que decidisse fazer um Refiz em determinado momento no passado fosse meramente a condição de se ter um passivo muito grande a ser recebido e aquilo ia para a contabilidade de ir para orçamentos, inclusive, mas era uma moeda podre, que não se viabilizava. Então, citou que a partir do momento que se faz o Refiz aquilo começa a girar e o dinheiro entra mesmo, citando que a primeira experiência que fez como Secretário de Finanças em um município pequeno como Palmas, recebeu em primeira parcela (e parcela única) R\$ 37.000.000,00, mencionando que havia uma queda de todos os impostos naquele ano e deu um superávit no orçamento em função dessa situação. A cidade “rodou” porque o indivíduo regularizou, pôde contratar com concurso público, pode fazer um concurso público e se viabiliza uma série de coisas, pegar empréstimo, porque hoje quem tem qualquer restrição, execução fiscal ou protesto não consegue empréstimo, então, dado o momento em que todos vivem, citando que pegando as dívidas ativas se está colecionando um valor muito alto de passivos e, no seu pensamento, enxerga que é possível se pensar em alguma coisa. Primeiro, até para perseguir isso que se falou agora mesmo com o Administrador em dia o coloca em condições de trabalhar, de atuar na profissão e ter condições de retornar a isso. Essa condição passa pelo menos por três situações: contratar pelo serviço público, de fazer um concurso e, o que mais interessa a eles, a contração de empréstimos, citando a PRONAP e uma série de situações que vem para salvaguardar os micro e pequenos empresários, o Administrador, em sua grande maioria é micro e pequeno empresário, e estando nessas condições ele fica apto. Agora, por outro lado, tem uma coisa que muito interessa ao Conselho que é a recuperação de receita que é muito importante neste momento, ressaltando que é um ponto, que é uma situação que, aos olhos mais éticos e mais pragmáticos da situação, às vezes, agora facilitou e isso posteriormente criará uma cultura de que não se paga agora aguardando o Refiz, mencionando que pelo comportamento que tem de análise e quem são os contribuintes, quem tem o hábito de pagar em dia paga independente de qualquer coisa e quem tem dificuldade para pagar, se esforça, mas muitas vezes não “dá conta” e tem aquele que é não pagador mesmo e esse fica realmente esperando o dia do Refiz e é lá que fica inspirado a pagar ou não. Então, o momento é válido para o momento em que todos estão vivendo.

Com a palavra, o Cons. Fábio Macedo e, antes de iniciar, solicitou correção na Ata, pois chegou e a Ata já havia sido apreciada, citando que na linha 283 a 293, em toda a discussão foi instituído como CBO, solicitando correção para CBA – Código Brasileiro de Administração, tendo o Presidente solicitado a alteração, citando que a ata já foi aprovada pelo Plenário. Na sequência, o Cons. Fábio Macedo comentou que tem dois vieses, citando que um deles passa realmente pelo comprometimento, citando que, quando se chama o profissional para uma negociação é preciso dar condições mínimas, por exemplo, dentro das Resoluções antigas, quando era Presidente do CRA-AC, vinha descrito que a pessoa poderia fazer o parcelamento de dívida existente, com parcelas até R\$ 50,00, e sumiu nas últimas Resoluções, corrigindo que seria a partir de R\$ 50,00, mencionando que quem não consegue negociar R\$ 50,00 para pagar uma dívida existente cai no sintoma que o Presidente coloca como profissional da Administração e nas pessoas jurídicas eram R\$ 150,00 e acredita que isso deve voltar e não era nem para ter saído das possibilidades de negociação. O segundo ponto que toca, indo no viés da Justiça, porque salvo engano nas leituras que fez não se pode tirar o principal e este tem que ser cheio, o que se pode mexer é no juro, multas e correções monetárias, na correção não, nem o principal e nem INPC, tendo sido citada a renúncia de receita, afirmando que apenas juro e multas pode se negociar e vale negociar até 90% da Resolução que tinha anteriormente e retomar dentro dela e facilitar o pagamento de R\$ 50,00 (PF) ou R\$ 150,00 (PJ), diminuir juro e multas é plausível para que retome e fecha a questão da possibilidade de parcelamentos. E o segundo, seria buscar empresas para trabalhar a captação de recursos e acha que tem que potencializar internamente a dívida ativa, se nem quem trabalha dentro do sistema tem competência de falar a linguagem e multiplicar a importância do pagamento, como uma pessoa terceirizada, que não tem vínculo nenhum e não tem nem trato com a pessoa, citando um exemplo prático, mencionando que já teve profissionais de Administração no CRA colocando o atendimento abaixo e voltou a falar que os atendimentos dos CRAs são péssimos e enquanto não qualificar a porta de entrada do CRA não será possível conseguir alavancar, porque se o profissional chegou e estava para derrubar o CRA e o chamava “Presidente, tem uma pessoa muito nervosa, poderia conversar com ela?” e dizia “Posso.” O profissional chegava, sentava e já saía com a negociação fechada, tanto é que tinha um dos funcionários que até “brincava”: “Presidente, quando a minha mulher quiser me bater, vou ligar para o senhor conversar com ela”. Então, é a forma de fazer. Citou que o profissional chegava colocando o CRA inteiro abaixo e depois de uma conversa, explicando a

obrigatoriedade, a legalidade, a responsabilidade do pagamento e dizia para o “camarada”, “você está devendo aqui R\$ 5.000,00, eu como gestor se eu não lhe executar, não lhe cobrar, eu tenho que pagar com o meu patrimônio, não tenho salário, não tenho renda, não tenho nada do Conselho e vou assumir a sua responsabilidade? O senhor quer inverter o papel comigo? Pagar a dívida em meu nome?” e o “cara” saía de lá rindo, dizendo “não, Presidente, você está certo”. Então, a equipe de atendimento precisa cuidar da e recepcionar o profissional de Administração, agora, querer passar isso para uma terceirizada será só uma cobrança de “massa”.

O Presidente Mauro Kreuz declarou que entende e o fato estará no radar do ENAF, onde estarão os Presidentes, os Fiscais, os Diretores de Fiscalização, a Diretoria do CFA, os Conselheiros Federais e pensa que este será o momento de apontar essas coisas e uma vez que haja consenso, porque lá de certa forma o Fórum de Presidentes estará presente no ENAF e traz isso, obviamente, para o Plenário do Conselho Federal e toma a decisão mais apropriada dentro dessas discussões.

Com a palavra, o Assessor Jurídico do CFA, Adv. Marcelo Dionísio, complementou que, embora não se tenha atualmente em vigor o instituto do Refiz, existe uma Resolução do CFA 499/2017 que está em vigor e que autoriza o parcelamento de débitos vencidos no critério de parcela mínima de R\$ 50,00 para pessoa física e mínimo de R\$ 150,00 para pessoa jurídica, então, o que perdeu a eficácia jurídica foi a do Refiz, mas a do parcelamento é uma regra que está em vigor desde 2017, então, há amparo jurídico para isso. O Presidente Mauro mencionou ao Cons. Carlos Alberto ser importante apontar isso para o ENAF no momento das discussões e pode ser que alguns tenham essa mesma impressão de que esteja revogada e não está.

O Cons. Amilcar Pacheco, sobre a contratação de uma “terceira” para fazer a cobrança gostaria de relatar um fato que ocorreu no Paraná há oito anos, citou que houve a ideia de fazer a contratação de uma empresa e o CRA esbarrou em um grande problema, o banco de dados, citando que normalmente 70% a 80% dos inadimplentes não são encontrados porque não existe uma atualização do banco de dados. O CRA-PR poderia fazer, mas se perdeu nesse período no sentido de primeiro contratar alguém para atualizar pelo CPF, existem empresas que fazem, mas não foi possível localizar na época, baseados em alguns tipos de sistemas que têm de robôs, de fazer primeiro uma atualização de endereços e de contato de e-mail e celular, citando que a evolução de e-mail e celular no Brasil foi muito grande e, como os colegas, deveriam comunicar e não o fazem muitas vezes por interesse. A dificuldade maior foi de encontrar as pessoas e os “camaradas” fizeram um trabalho de cinco ou seis meses de exigir disseram estar desistindo e distratando o contrato. O grande problema seria esse o primeiro. Segundo o Cons. José Carlos Colares comentou que esse pacote seria um assunto só e teria que “costurar” esse pacote porque sabe que não sairá completo para o evento, citando que, a exemplo do CRA-AM, foi fechada a receita de fevereiro e em relação a fevereiro do ano passado com 10% a mais na arrecadação. E tudo isso acredita que seja um novo time que tem no Conselho, mencionando que no ano passado foram colocadas três pessoas na cobrança e registro e este ano com certeza será dado um resultado altamente positivo. É o que se espera, citando que são engajados, determinados e trarão o resultado que vai superar as expectativas, já começando com fevereiro, que recebeu a receita com 10% em relação a fevereiro do ano passado. O Presidente Mauro Kreuz mencionou que tira só o efeito da correção, mas mesmo assim faz parte do crescimento. O Cons. José Carlos Colares comentou que passando pela recepção, como o Cons. Fábio Macedo se referiu, e acrescentou que se não houver uma estrutura interna para fazer a cobrança, registro, atender quem vem, citando que quem visita o Conselho não vai levar flores para ninguém, vai para procurar resolver o problema dele, é mal recebido na entrada e não volta mais. Citou que começa com a estrutura interna do Conselho, como mencionado pelo Cons. Carlos Alberto visitando Regionais, e se não tiver alguém engajado dentro dos Regionais, não resolve os problemas. Com a palavra, o Cons. Carlos Alberto informou que acredita ter uma boa notícia ao Cons. Amilcar Pacheco, citou que conversando com o pessoal do financeiro do CRA-MG (Renato), que participou de vídeo conferência, falou algo interessante sobre o assunto, que entre eles da cobrança a expectativa que estão apostando agora é no TSE, o CFA fica focado no Big Data, Serasa, RAIS, mas parece que é consenso que o cadastro mais atualizado é do TSE por causa da biometria, de informação, de eleição, seria o mais importante, citando que ainda não comentou sobre isso com o Coordenador da CFR, ressaltando que irá investir forte no TSE, é um tribunal, e ficou claro com os números que o Cons. Rogério Ramos lhe passou e segue exatamente o que ele falou, o Refiz dá resultado, os grandes Minas Gerais, São Paulo, Paraná, todos querem negociação, querem facilidades com a negociação, citando que dois estados Porto Alegre (RS) e Paraná tinham nas estatísticas o quadro dos motivos de cancelamento, citou que nos dois estados “cravou”, metade, 50% das pessoas que cancelam deve-se ao fato de não atuar na área. Então, citou que não gosta do discurso que está sendo feito na reunião e que, segundo o Presidente, o profissional que fez quatro anos de faculdade e se formou em Administração e não consegue pagar a anuidade, é um fracassado na vida, já o Cons. Fábio diz que o profissional tem que pagar, citando a negociação, porque é um desestímulo ao profissional que paga em dia. O Cons. Carlos Alberto citou que todos usam o discurso, que o público do sistema é “Casas Bahia” e “Magazine Luiza” majoritariamente, portanto, o público é C, D e E. A conversa com esse pessoal não é o mais elitizado, não é o que se discute no Plenário, citando que o profissional que não paga é tratado como se fosse um “pobre coitado” e não é verdade, muitos mentem para cancelar, não atuam na profissão (são balconistas, vendedores, frentistas) ou se foca na razão de existir do Conselho, ou seja, o profissional que está exercendo a profissão, e há a inadimplência de 60%, então não dá para ficar contemporizando com esse público, citando que, a seu ver, é preciso cobrar, ir atrás, se achar ruim, se vai falar mal do CRA, citando que o sistema está “definindo”, se continuar com a prospecção que foi feita pelo Presidente, como seria o orçamento deste ano, então, não tem conversa “fiada” com esse “povo”, tem que entrar com execução judicial, protesto, cadin e receber o valor que é devido e lembrou que o público majoritário é “Casas Bahia” e “Magazine Luiza”, destacando a necessidade de buscar esse público. Citou, como exemplo, fiscal do CRA-RS (Duran), apresentou um quadro perfeito, com quantas fiscalizações feitas em cada setor (licitações, concurso público, empresas, setor público, dentre outros) e diz que tem 33 autos de infração que ainda hoje não se tornou notificação de débito e falou que é preciso escolher o que tem que ser feito, pois não dá para fazer tudo, no Paraná é a mesma coisa, citando que todos

ficam nervosos quando ele está no Regional. Citou que houve Regionais em que o fiscal sentou longe, fez “cara feia”, dá explicações e justificativas, e alertou que se começar cartório em duas semanas fará ligação ao Regional para verificar o andamento, citando que o estoque da dívida em Porto Alegre é R\$ 25.000.000,00, destacando que é preciso mudar o discurso, pois quem paga, paga.

O Cons. Rogério Ramos esclareceu que falou sobre Refiz e não falou sobre formas e modelos de cobrança. Essa ilegalidade ou mesmo a falta de legalidade, citando que posteriormente o Adv. Marcelo Dionísio pode até aprofundar com um estudo sobre isso, avançar nisso para “quebrar” essa situação. O Banco do Brasil é sócio de uma empresa chamada Ativos SA e é uma empresa que tem um cunho que faz toda a cobrança do Banco do Brasil e nos municípios e estados que tem contratos de administração de folha, participou de um processo licitatório, porque há uma dispensa de banco oficial, mas embute dentro do contrato essa questão de cobrança e falou de um servidor bem intencionado, o “Maurício” no Tocantins, tem dois ou três aqui, três ou quatro aqui, que pega o telefone e higieniza, tenta higienizar um cadastro (etc) e isso é “fusca” e quando vai contratar ativos para cobrar um passivo de R\$ 25.000.000,00, contratou-se uma Mercedes para fazer o trabalho porque há Ativos hoje, ao passo que chega o CPF do cidadão lá, não está preocupado com o cadastro que você está mandando para ele não, lá ele tem a última morada, o telefone da pessoa, se trocou também já tem e, inclusive, dentro desse contrato, desse convênio que faz, eles retornam com a higienização do cadastro e é por isso que tem “aquela história, só devo o Banco do Brasil, mas estou em dia”, citando que não passa por esses dissabores, mas vê pessoas, citando como exemplo a sua empresa de internet, não tem débito em conta e isso o intriga, porque a maioria de suas contas coloca em débito em conta e volta e meia atrasa a internet lá e o telefone já vem. Então, eles estão muito insistentes e acha mesmo, não tem esse negócio de cadastro não e quando parte para um negócio profissional desse, “são federal” vão em cima mesmo e o retorno vem, citando que dinheiro ninguém tem sobrando mais, chega no início de ano e segue IPVA, água, IPTU e paga, então se não chega o boleto no nível que pode prejudica-lo de alguma forma não entra na prioridade. Então, existem essas empresas, algumas que possuem cunho oficial, que estão ligadas a bancos oficiais, empresas oficiais, e já existem precedentes que fazem com o poder público, mencionando que é um grande entusiasta da terceirização, principalmente na estrutura de governo é o mais incompetente quando de forma tradicional faz um concurso público, contrata um profissional, o prepara para desenvolver uma atividade, leva dez anos para deixar o profissional pronto para executar e depois passa em outro concurso e vai embora. Então, se há condição de contratar uma empresa que tem expertise, citando que o dado do TRE já tem convênio e quando chegar não vai fazer ofício para o TSE não, já tem. Acrescentou que, obviamente, o que tem que se limitar é a negociação de quanto que vai ficar com “aquilo” e essa é a grande discussão porque também não pode renunciar uma receita. Considerou que atua no que se chama de “moeda podre” e aquilo que tem mais dificuldade de receber que entrega para eles e vão buscar, não aquele que está devendo há um ano, mas a pessoa que está devendo há quase cinco anos e que vai prescrever e aí sim, se tem uma anuidade que chegou ao final do ano e será prescrita fulminantemente pela legislação tributária e nada foi feito para cobrar, então a moeda vira o contrário e pode estar entrando em uma situação de prevaricação se deixou prescrever e não fez nada, citando que são discussões que devem ser levantadas. Mencionou que, com toda a sinceridade, tanto no que se refere ao Refiz como numa cobrança profissional o retorno é tranqüilo. O Presidente Mauro mencionou sobre debruçar sobre isso, mencionando que há outros inscritos pedindo a palavra.

Sobre o assunto, o Cons. Diego da Costa mencionou que está prevista a imersão para conversar sobre o tema, citando que foi bem incisivo em alguns pontos na questão das entregas e sentir que tem vantagem em estar registrado, mas para citar um fato em Sergipe, o atual Presidente entrou em contato com a Câmara de Dirigentes Logistas de Aracaju para tentar resgatar uma questão de endereço que estava com cerca de 438 profissionais para encontra-los no cadastro e investir nisso, pagando aproximadamente R\$ 0,25 / R\$ 0,30 em cada um para tentar resgatar esses contatos, entende ser um número pequeno, mas para Sergipe 400 registros para pegar de volta é bastante coisa e a própria CDL, em razão do SPC, tem como pegar essas informações, citando que talvez fosse algo para se pensar em um *case* futuro com a confederação de CDLs de todo o Brasil para tentar algum projeto e alguma ideia de encontrar a pessoa que está perdida.

O Cons. Carlos Alberto comentou que se a Implanta fechou com a CIELO/ELO que faz a cobrança das anuidades, se tem a contratação por via direta com os cartões de crédito, não tem ninguém melhor para cobrar a anuidade de quem já cobra anuidade, então se fosse possível aproveitar as próprias operadoras de cartões de crédito para fazer, citando que já fazem a cobrança de fatura que atrasa. O Presidente mencionou que o tema é de absoluta relevância e pertinência, citando que haverá a imersão, o ENAF seria o momento para discutir, esgotar e dizer se será feito “isso ou aquilo”. Em referência, o Cons. Rogério Ramos informou que foi pedido ao Adv. Marcelo Dionísio que fossem elencadas essas questões porque quando for o momento já terá o embasamento jurídico certo. O Presidente Mauro comentou que o Adv. Marcelo Dionísio irá se debruçar sobre o assunto, mencionando a reunião do Conselho que ocorrerá tem uma rede de colegas que irão ajudar a refletir também, ficou provada na última reunião a riqueza jurídica, inclusive com a participação da Assessoria Jurídica do CFA, que fez um elogio oficial aos setores jurídicos dos Conselhos Federais, que estavam presentes na última reunião do Conselho.

Com a palavra, a Cons. Claudia Stadtlober relatou que sua visão é diferente em relação à cobrança, pensa que tem que fazer, os fiscais tem que fazer, mas o Cons. Rogério Ramos usou uma expressão que vai ao encontro do que pensa quanto à “moeda podre” e ao mesmo tempo a preocupa colocar tanta energia para uma coisa que está dentro e daqui a pouco não irá mais recuperar e, ao mesmo tempo, durante a reunião na Câmara foi discutido sobre como é que os colegas os vêem, o que realmente é entregue e o que o próprio Cons. Carlos Alberto disse, se pega uma classe que é C, D e E, é um pessoal que com certeza tem capacidade, mas tem pouco acesso, então, pensando na ACAdm, potencializar, se colocar no mercado, Clube de Vantagens, porém a maioria das pessoas sequer sabem que isso existe, a verdade é essa e quando se passa pelos

Conselhos e se tem uma atividade infeliz que se tem que fazer e que é a sua função é a fiscalização, porém toda vez que se chega para fiscalizar, ganha-se um e perde-se dez, porque é muito fácil dizer na universidade, por exemplo, não tem como exigir registro, a legislação não cobra nesses casos, então quando se diz 50% atua na área, fazer 500 processos no Conselho de Administração, fica muito fácil, com raras exceções, onde diz que é preciso formação superior, porque a maioria não diz que é Administração e não será dado o deferimento e cancelamento por conta de ter uma formação superior. Citou que ficou feliz pelo momento de reflexão em abril porque tudo que se está escutando agora é “ninguém não está nem aí” se é formado ou não, cada vez mais o título está valendo quase nada ou coisa nenhuma e é preciso repensar muito porque quando, citando a fala do Presidente, colocar R\$ 500.000,00 para resgatar R\$ 24.000.000,00 e não vai resgatar. Tem que olhar para fora do umbigo e expandir a mente para pensar de outras formas porque não vê mais, com raras exceções, a maioria vai cursar em uma faculdade para constar que tem e a empresa que vai contratar não vai dar importância, vai verificar se tem competência ou não para integra-la e é isso que está valendo e é preciso pensar de novo nesse profissional para por competência e também pensar que tem relevância em ter um Conselho e o desafio é esse. Na oportunidade, o Presidente Mauro Kreuz mencionou a imersão para discutir essas questões, citando que será um dia e meio só para discutir entre a Diretoria: “Quem somos? Onde estamos? E para onde ir?” A grande crise ontológica, citando que está uma confusão enorme, mas é preciso definir formas, ou seja, focos, pode-se até se equivocar, mas a situação é de elevada complexidade e está de acordo há muito tempo. Relatou que há mais de 15 anos estava em um Colóquio internacional em São Paulo onde já diziam que Google, Amazon, Facebook têm uma reserva trilionária de dólares e já estão começando a fazer *lobby* junto aos governos dos países para relativizar a questão da formação, pois se hoje se tira da instituição superior a reserva de mercado, a credencial para diplomar, acabou. E se observaram em 2020 e 2021 estas mesmas corporações já estão dizendo o seguinte: “aqui, não importa o seu curso superior, aqui será contratado por competências, não por título” e isso está caminhando nessa linha. Citou que falou com o Adm. Hélio Tito e lembrou que há quase 30 anos, quando era presidente do Fórum dos Pró-reitores das Universidades Comunitárias, a Unisinos fazia parte e citou que houve um evento na PUC do Rio Grande do Sul e o reitor era o Padre Rauch (Norberto Francisco Rauch) dizia que só ficariam alguns cursos da saúde, engenharia civil e o direito, mais por tradição, ele não tinha dúvidas sobre isso há 30 anos, então, de fato isso vai ensejar algumas análises mais amplas para definir o foco e a estratégia para chegar ao foco, mas há coisas avançando e rapidamente até em função da própria tecnologia, citando que o Cons. Rogério Cristino enviou (no final de semana) uma matéria e concorda que em 2025 vai acabar o contador, os cursos de contabilidade, pois hoje os aplicativos fazem tudo, e estão em crise, os filósofos já diziam há centenas de anos, que no dia que os algoritmos dominassem o mundo era o fim do *homo sapiens*, agora se for ler o livro “O mundo que não pensa e o fim do homo sapiens” diz exatamente isso, “o que nos diferencia do resto é que a gente pensa”, os animais sentem, agora os robôs também pensam e sentem.

Com a palavra, o Cons. Amílcar Pacheco mencionou que uma coisa interessante que a Comissão de Análise de Contas está notando e acredita que o Presidente também já notou, mas, primeiramente, parabenizou o Presidente Mauro Kreuz por quase quatro anos atrás, quando fez um relatório do PRODER em que mostrou que não funcionava, que era uma ajuda financeira para quem não era atuante, com retorno praticamente zero e citou outra situação correlata, citando que a partir do momento que a gestão compartilhada passou a reduzir a ajuda do PRODER, o que se nota é que os mais necessitados começaram a reagir e começaram a ter um crescimento fantástico de receitas, dos pequenos, o único que não reagiu ainda foi Pernambuco, que está praticamente em último lugar, citou pequeno porque quem começa a pagar uma cota parte de R\$ 3.000,00 por mês tem que ser absurdo, citando que os pequenos estão fazendo uma brilhante arrecadação, o que se nota é que os pequenos tiveram que “correr atrás” senão iriam fechar e essa ameaça existia, os grandes, pelo contrário, que têm reservas, “não estão nem aí”, citou, ainda, Regionais que não tinham SIFA e não justifica, relacionando com o que o ex-presidente Wagner Siqueira chamava “as viúvas do SEI” e diz que tem um problema com as “viúvas do SIFA”, de quem não quis trabalhar. Sobre o tema, o Cons. Fábio Macedo relatou que o CRA-AC é um dos que melhor trabalham a dívida ativa, citando que tem uma pessoa específica do concurso que alimenta, oxigena e trata diariamente a dívida ativa e as execuções, citando que executam na Justiça Federal e protestam e fizeram as duas coisas simultaneamente, então, dizer que vem com discurso de “desculpinha”, é realmente fazer, seja pequeno, médio ou grande, e defende que para ele não é discurso é prática e dentro do Plenário também defende a continuidade geral: execução, dívida, cobrança e entende que na essência não pode ser usado como desculpa, porque no Acre tem prática, não tem desculpa e, quanto à fala do Presidente, citou que preocupa a extinção do ensino superior e estas mesmas instituições que relacionou estão divulgando que em breve irão capacitar formandos e, já empregados, estão dando a garantia de que irão empregar essas pessoas, senão não fica com o dinheiro deles, ou seja, o que foi pago será devolvido se não o empregar, então, é um trabalho de formação de 6 meses, citando que estava lendo uma reportagem sobre este aspecto e é preocupante. Sobre o tema, o Presidente Mauro comentou que vê que o assunto é relevante, pertinente, mas é de elevada complexidade porque há muitas variáveis e não têm controle sobre as variáveis, não se tem controle sobre elas, então, quanto mais variáveis menos controle se tem sobre elas e mais complexo é o ambiente e, portanto, a análise e o processo decisório e a inferência nestes ambientes complexos, é preciso ter clareza disso e a ambiguidade que já se referiu antes, sobre a qual falou no Fórum de Presidentes porque ao mesmo tempo que tem que fiscalizar e cobrar, ele também é seu eleitor, e isso gera um sentimento e uma sensação “engraçada”, quer ficar de bem com ele, mas acha que não vai ficar de bem com ele, mas precisa tomar posição como gestor, fiscaliza e cobra para garantir a sua sustentabilidade, pensa na variável política e quem sabe isso foi sempre um agravante histórico e chegaram onde chegaram muito em função disso, está muito na crise ontológica, então, tem muita coisa a médio e longo prazo, mas entende que é preciso fazer uma agenda para o biênio, tem coisas que vão acontecer, mas será depois do biênio, os próximos gestores irão cuidar, citando que é preciso cuidar deste biênio, então, a agenda tem que ser temporalmente falando de dois anos e focar nisso e fazer acontecer em dois anos. Depois virá outra gestão, há um horizonte temporal para isso, foram feitas muitas coisas que depois mostrará durante a reunião, que não tivessem feito,

poderiam ter fechado o ano e dito para todos que chegou a quase R\$ 15.000.000,00 de reserva técnica, poderiam ter feito o PDV, poderiam ter feito várias coisas, mas investiram nisso para ter longevidade, são coisas importantes que foram assumidas enquanto gestão compartilhada e estava olhando e é chocante a moeda comparável 2015 a 2020, em 2015 o CRA-PR recolheu de cotas partes ao CFA R\$ 1.007.350,00, a moeda de 2015 em 2020 o CRA-PR recolheu R\$ 553.188,00, 45,1%, citando que faz parte do G9 e, modéstia parte, os dois anos da gestão do Cons. Amilcar Pacheco, como Presidente, são “incríveis” os dados, tendo o Cons. Amilcar argumentado e destacado que deixou R\$ 10.300.000,00 em caixa, e o Presidente Mauro acrescentou que gestão é gestão e não se pode ter medo de ser gestor. O Cons. Rogério Ramos comentou que só votam aqueles que pagam direitinho, que não tem problema de Refiz, de execução, de cobrança, com nada. O Presidente refutou dizendo que é uma bela e oportuna discussão, citando que havia sido acordado no início da reunião que aqueles assuntos que são apenas de informação e se der tempo “os abraça”, caso contrário, ficará para o Plenário.

Em referência, o Cons. Gilmar Camargo manifestou a sua preocupação, relatando que o Judiciário está chamando os Conselhos para fazer uma mediação das dívidas e apenas aceitará Conselhos que tenham propostas de negociação, margem de negociação, e quem chegar e disser que não tem margem de negociação não participará desta mediação do Judiciário e o receio é se será discutido em abril, para regulamentar em maio para sair uma resolução em junho, citando que Minas Gerais já convocou para março a mediação, então, que pelo menos se analise a possibilidade de estender por mais 4 meses, pelo menos, aquelas que venceram em dezembro, até que construa a nova para dar instrumento para os Regionais que forem chamados agora para mediação pelo Judiciário e possam ter alguma coisa para fazer. O Presidente sugeriu levar para esta próxima reunião plenária (04/03). O Cons. Rogério Cristino salientou que esta Resolução é dívida até 2018, se for reeditar, porque em abril já conversou com o Presidente e seria até 2019, então se for reeditar esta será até 2018 e o Presidente concordou. Aberta a discussão, os Diretores questionaram e se mostraram favoráveis a 2020, tendo sido questionado ao Assessor Jurídico, Adv. Marcelo Dionísio, que afirmou ser plenamente possível, citando que o que foi apontado pelo Cons. Carlos Alberto, que o Plenário convencionou que a anuidade do exercício não seria abrangida pelo Refiz, não que não possa, não há óbice legal, foi uma deliberação do Plenário, e ele entendeu que não seria, se referindo à Resolução 563. O Cons. Gilmar Camargo falou de se fazer uma excelente Resolução, porém quando entrar “já passou a carruagem” e tem que esperar a “carruagem” de 22. O Cons. Rogério Cristino comentou que se colocar 2020, a inadimplência vai aumentar e esperar que daqui um ano colocar de novo em discussão na plenária. O Cons. Gilmar Camargo defendeu discutir de novo e se o Plenário for contra como foi e o tipo de negociação, pediram até 2021 e foi dado até 2020, sugerindo tentar, tendo o Presidente pronunciado que foi acordado enquanto Diretoria que na reunião plenária (04 e 05/03) se coloca isso e discuti-la. O Cons. Rogério Cristino orientou a CAF para colocar essa Resolução em discussão. O Cons. Gilmar Camargo propôs construir uma melhor, citando que há muitas alternativas e ficar nessa, tendo o Presidente argumentado que isso poderá ser fruto da ENAF e da imersão depois.

4. REQUISIÇÃO DE FÉRIAS DOS EMPREGADOS DO CFA

O Presidente Mauro Kreuz se referiu à requisição de férias dos empregados, sendo um dado importante e pediu atenção de todos, citando que ficou convencionado e foi comunicado formalmente que em cada uma das unidades respeitando o organograma, o colaborador solicita ao coordenador e este alinha com o Diretor e concede ou não férias, tem que haver o planejamento primeiro em cada unidade, já que se trata de uma gestão compartilhada, então não abre mão que o Diretor tenha ciência e ajude a tomar a decisão, isso é fundamental. O coordenador pede ao Diretor e o Diretor alinha com a Presidência. Citou que o colaborador pede férias, mas quem concede férias é o empregador. Então, o Diretor tem que ter ciência quando é da sua equipe, junto com o coordenador, os dois têm que alinhar, citando que os Diretores devem chegar a uma conclusão e dizer se concede ou não concede. Citou que depois passa ao Coordenador do CRHA como funciona os acessos, será no sistema, lembrando que é preciso serem coerentes com o modelo de gestão que foi adotado. O Cons. Carlos Alberto questionou se haveria alguma diretriz, se poderia sair dois ao mesmo tempo e o Presidente argumentou que os Diretores decidem, isso é da gestão, ressaltando que o que não pode é acontecer algo e dizer que não pensou nisso ou planejou errado, então, a gestão compartilhada compartilha as duas coisas a responsabilidade e o poder, as duas coisas. O Cons. Rogério Cristino salientou que todos os Diretores, coordenadores, todos os chefes já receberam esse informativo e foi comunicado por ele pelo Presidente Mauro, que afirmou que foi oficializado e está tudo detalhado e o coordenador do CRHA verá, e repetiu que tudo foi detalhado no ofício que foi encaminhado, então, irão acordar essa modelagem entre a Diretoria, o Gabinete da Presidência e da Vice-Presidência irão se reportar ao Presidente e ao Vice-Presidente e este será o modelo funcional que irá respeitar os princípios da gestão compartilhada, o que não pode acontecer é de alguém sair e alguém ligado ao gabinete da Presidência e o Presidente não saber ou o Diretor não saber quando sai um funcionário, então, isso não é da gestão compartilhada, compartilhar é diferente. Com a palavra, o Cons. Gilmar Camargo comentou que acha tão importante quanto à marcação de férias é a liberação de verbas, de recursos. Isso aconteceu no ano passado. Quando o CRA sabe que tem verba aprovada no orçamento do CFA, pressiona pela imediata liberação, muitas vezes no início do exercício. E, se depois, o objeto da verba não for realizado é muito difícil o recurso retornar sem desgastes. Por isso, defende que a verba do orçamento só deve ser liberada após ouvir o diretor que a colocou no orçamento do CFA.

Na ocasião, o Coordenador da CRHA saudou a todos e informou que deixou aberto o sistema no login do Cons. Rogério Cristino, foram criados login e senha para cada um e entregará um cartão a todos e no verso estará o endereço da internet, o login e a senha e pode ser que em algum momento tenham alguma dificuldade que poderá ser sanada imediatamente, citando que é possível resetar a senha para o cartão que será entregue e depois podem entrar de novo, ter acesso e alterar a senha como quiserem, fazendo a demonstração do sistema do sistema Benner I Rh, citando que tem dois perfis: um de colaborador e um de gestor, e no perfil de gestor terão uma prévia, citando os executivos ligados diretamente, no caso, ao

Cons. Rogério Cristino, Diretor da CAF, que tem informações dos colaboradores das equipes do setor, essa equipe consta "este" valor (demonstrado), citando que há informações sobre estas pessoas que podem acessar, informações que ninguém tinha até o momento de receber o login e a senha e os colaboradores que estão abaixo desses colaboradores (coordenadores) não são vistos, seguindo a hierarquia linha, citando como é feita as aprovações de férias ou ausência dos empregados, citando que quem fizer a solicitação ao Cons. Rogério Cristino vai "cair" na caixa "minhas tarefas" e será possível escolher o que se trata e aprovar, citando que tem um fluxo que migra totalmente para a pasta do Diretor da CAF, Cons. Rogério Cristino, que são as horas extras, então qualquer empregado que necessitar de horas extras, o imediato dele terá que aprovar e migrará para ele e como trata-se de valores ele faz a gestão de horas extras e como fluxo final também o próprio núcleo de RH também verifica se não há nenhuma incorreção para desaprovar em última instância, apenas para seguir as questões legais corretamente. Assim também as questões de solicitação de férias e pode ser que alguém peça uma venda de 10 dias e não tem mais direito, porque o direito de vender 10 dias é só no fluxo do período aquisitivo até 15 dias antes, venceu o período aquisitivo, o empregado não pode mais exercer esse direito, é direito dele, mas só pode exercer se programar antes de vencer o período aquisitivo. De forma geral, não há mais o que dizer, mas gostaria de abordar a pauta que o Cons. Rogério Cristino pediu sobre a questão do decreto de *lockdown* que foi aplicado no Distrito Federal e será cumprida a pauta de reuniões previstas nos dias 04 e 05/03, citando que havia outro contexto e foi necessário reprogramar tudo, citando que a partir de quinta-feira (06/03), citando que, em se tratando de sua visão, o *lockdown* está previsto até o dia 15/03 e há plena condição em "tocar" as pautas pela via online, com exceção de algumas necessidades que tenha um Diretor e outro, quando vem *in loco* e não vê problema algum em seu executivo estar com ele, citando que talvez fosse o caso da Diretoria pensar sobre isso e afastar o corpo até 15/03. O Presidente Mauro Kreuz colocou em discussão, tendo o Cons. Gilmar afirmado que é exequível, citando que há muitos Regionais que estão nesta condição e citou que a contaminação está no trânsito, no transporte, então a preservação de manter o trabalho à distância é fundamental para cumprir a decretação do *lockdown*. O Cons. Rogério Cristino disse concordar plenamente e por isso solicitou ao CRHA que trouxesse o tema para a DIREX, como exemplo, citou que a Câmara e o Senado ninguém está tendo acesso, estão todos em casa até o dia 15, cumprindo o decreto do DF e ele como Diretor Administrativo e como Conselheiro concorda plenamente. O Cons. Fábio Macedo comentou sobre a questão de redefinição de acesso, sendo algo que o incomoda muito e quando foi Presidente, citando que Edylene já foi testemunha de sua tamanha insatisfação, citando que ligou por 13 vezes e não foi atendido no CRA-AC, mas quando conseguiu ser atendido, ela presenciou a sua postura, questionando como serão esses redirecionamentos, citando que um profissional da Administração ou um CRA procurar o CFA e não ser atendido, citando ser esta a sua maior objeção, contrária, a não aprovação total, questionando se haverá esse direcionamento, se a pessoa estará mesmo online, sendo essa a sua maior ponderação na análise e liberação geral. O Cons. Diego Costa citou que a CDI, mesmo tendo o maior número de colaboradores trabalhando, se manifestou favorável à medida, citando que o Cons. Rogério Cristino precisa ter uma comunicação mais assertiva com os Regionais, informando e comunicando, e que é preciso ter um cuidado e que seja informado de forma aberta e assertiva aos Regionais. Com a palavra, o Coordenador Isaias Santos informou que tecnicamente o CFA tem como garantir acesso mesmo quando estão fora, tanto no que se trata ao telefone que pode ser desviado e o colaborador atende em homeoffice, isso é possível e acontece.

Com a palavra, o Cons. Rogério Cristino mencionou que o Governo do DF decretou até o dia 15, em outros Estados até o dia 7, então como foi dito ninguém arrecada, no Ceará o decreto foi prorrogado até o dia 7, na Bahia e em João Pessoa não sabe, mas no DF está até o dia 15, então esta explanação feita pelo CRHA que é para ir diretamente para aquela pessoa, está ótimo. Os demais Conselheiros Amilcar Pacheco, Marcos Kalebbe e Carlos Alberto manifestaram ser favoráveis em preservar o corpo funcional e que seja tomada esta medida, destacando que sempre foram prontamente atendidos pelos colaboradores do CFA. Assim, o Presidente Mauro Kreuz citou que fica definido desta forma, lembrando que se a comunicação permitir a mudança das ligações e o redirecionamento das ligações quando ocorrerem aos respectivos coordenadores de cada Câmara e também ao Gabinete da Presidência e da Vice-Presidência, lembrando que o Governador do DF em dois dias soltou 3 decretos e não será surpresa se soltar o 4º abreviando tudo, então propôs que fosse convencionado que se houver alteração no decreto, siga-se o decreto para mais ou para menos. Com a palavra, a Cons. Claudia Stadlober citou uma postagem do Cons. Fábio que dizia que era do Cortella, mas não era dele, e tem acompanhado o Julio no governo, e comentou que não se tem dimensão de quantas horas essas pessoas trabalham por dia e a pressão que sofrem e também a falta de informação, ano passado a esta altura as pessoas queriam comprar exame, agora todos querem a vacina, agora a vacina não está com a cepa nova é uma coisa assim um estado de guerra, é tentativa de acerto e erro, citando que pessoas públicas e o quanto é necessário controlar a ansiedade do julgamento, citando que o Presidente citou que o Governador soltou 3 decretos e não é porque ele quer e sim porque não sabem o que vão fazer, citando que em Porto Alegre há uma UPA com 400% de ocupação, não tem uma UTI em Porto Alegre que é super bem abastecida de hospitais e acredita ser muito preocupante e estão perdidos como todo mundo, sendo só um comentário. Na sequência, o Cons. Rogério Cristino questionou se já poderia formalizar para os Regionais ou se necessitaria passar pelo Plenário, tendo o Presidente confirmado que se trata de uma ação administrativa e o Cons. Rogério Cristino solicitou que fosse formalizado aos Regionais. O Presidente comentou que será informado que o CFA, em função de um decreto do GDF, está tomando a medida, destacando que não estaria dizendo que Regionais devam seguir. Ainda, o Cons. Fábio Macedo questionou sobre o banco de horas, tendo o Presidente esclarecido que não existe mais o banco de horas, que foi revogado. O Cons. Fábio mencionou, ainda, que houve a suspensão do trabalho no CFA alegando que já havia sido trabalhado e se foi removido o banco de horas, tendo o Presidente esclarecido que essas medidas estão inseridas dentro do Acordo Coletivo de Trabalho dos empregados do CFA e faz parte de outro tipo de análise e nada tem a ver com o banco de horas, trata-se de uma compensação, que está devidamente compensada e está de acordo com o Acordo Coletivo, inclusive. Sobre as palavras da Cons. Claudia Stadlober, o Presidente Mauro afirmou que tudo poderia estar melhor conduzido se não houvesse esse

diversionismo político e isso é lamentável, triste, então, estão todos pagando enquanto instituições, organizações, pessoas o preço por este diversionismo político lamentável e essa é a grande verdade, não sendo possível, olhando os indicadores de vacinação pífios em relação ao resto do mundo e é “uma pouca vergonha”, então só tem a lamentar profundamente, até porque tem certas coisas que se forem analisadas, como as autoridades sanitárias já não estavam alertando previamente esses riscos, sim estavam, no entanto, achava-se que não, que nada disso iria acontecer e para não ser antipático ou empático e esse seria o primeiro e o segundo ponto, citando onde as autoridades fiscalizam o cumprimento desses decretos e vão exatamente onde as pessoas são todas organizadas, tranquilas, não vão na periferia onde surge o problema e duvida que vão na periferia, citando que um dos colaboradores (Denis) relatou que em Brasília, nas cidades satélites, no final de semana, estava tudo funcionando a mil, tudo normal e não pôde descer para o restaurante do hotel que estava fechado e mesmo com tudo dentro do protocolo, separado, higienizado, e não pôde ter acesso ao restaurante e teve que ficar no quarto. Citou que em São Paulo vão aos restaurantes do Itaim, de Higienópolis, Jardins, na Paulista, agora não vão em Nilópolis, por exemplo, mas lá, onde está todo mundo certo, organizado, chegam depois das 20 já aplicam multa e é fácil. Então, fica indignado também com essas coisas e, outra, será que o Governador do DF não sabia antes que tinha que fazer isso, citando a turbulência que criou para todos, às pessoas, organização, custos, multa de mudança de passagem, primeiro ia ser das 8 às 20, depois geral, depois soltou outro por 15 dias e irá acompanhar e alguém disse, não sabe se o TCU, que tem que planejar, citando como é possível planejar neste país. O Cons. Fábio Macedo relatou que no Coco Bambu, desceu para tentar comprar uma água mineral e veio um rapaz desse restaurante triste, cabisbaixo e disse que estava tentando comprar uma água e ele disse que só conseguiria na rodoviária e disse que compraria no hotel mesmo, questionando sobre o porquê de estar triste relatou que foram demitidos 14 funcionários do Coco Bambu do Brasília Shopping em razão do *lockdown* e contou que teve sorte porque se dedica muito, que era muito competente e virava madrugadas estudando e fazendo um trabalho diferenciado e foi um dos que se salvou, mas não sabia até quando.

5. **DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DO CFA. (CAF)**

Informes. Será apresentado ao Plenário.

6. **BALANCETE E COTA-PARTE DOS CRAS. (CAF)**

Informes. Será apresentado ao Plenário.

7. **CONTROLE DE RECEBIMENTO DE APOIO FINANCEIRO AOS REGIONAIS. (CAF)**

Informes. Será apresentado ao Plenário.

8. **APRESENTAÇÃO DA ANÁLISE DO BALANCETE REFERENTE A DEZEMBRO DE 2020. (CPAC)**

Feito o encaminhamento ao Plenário.

9. **APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DA COMISSÃO ESPECIAL DO CRA-RR. (ADM. AMILCAR)**

O Presidente Mauro Kreuz mencionou sobre o relato da comissão “in loco” criada pela Portaria 55, de 23 de outubro de 2020, e cujo presidente da Junta Interventora do CRA-PA foi o Cons. Amilcar Pacheco, tendo como membros o Cons. Marcos Kalebbe e o Cons. Francisco Rogério Cristino, então, gostaria de sucintamente passar a palavra ao presidente da comissão especial, Cons. Amilcar Pacheco, que seja de forma sucinta. Com a palavra, o Cons. Amilcar relatou que a Comissão Especial, criada pela Portaria já mencionada e constituída pelos membros já mencionados e, ainda, com a participação do Adv. Marcelo Dionísio e Auditor Marcelo Coutinho, relatando que passaram, aproveitando à época do feriado de finados, ano passado, em novembro, em Roraima e fizeram um levantamento minucioso das colocações que foram feitas em Plenário e para a Ouvidoria, principalmente, em função de um relatório da CAF em que apontava uma série de pendências do CRA-RR, foram recebidos no Regional pelo Presidente, que atendeu de maneira amigável, citando que baseado nas reclamações feitas no CFA, a comissão achava que teria mais algum tipo de problema, citando que pelo contrário, ao chegarem, o Presidente do Regional fez um relato aberto de como estava a situação no CRA-RR e feita essa explanação, que levou cerca de 2 horas, chamou a gerente executiva (Kate) e disse que havia a comissão do CFA para pegar uma série de verificações, acrescentando que iria se retirar para que fossem repassadas todas as informações necessárias a elucidar os problemas apontados no relatório, e o Presidente do Regional voltou após o almoço, depois se ausentou de novo e em todos os dias em que estiveram no Regional procurou não interferir e tudo que precisassem era para abrir, inclusive, o SEI, mesmo os documentos restritos dele, que tudo fosse aberto. O Cons. Amilcar concluiu que, com base nos levantamentos realizados durante a inspeção “in loco”, tendo em vista o saneamento e o esclarecimento de forma satisfatória de todos os itens apontados no relatório da Câmara de Administração e Finanças do CFA, em 23 de outubro de 2020, e, considerando que no decorrer dos trabalhos não foram identificadas quaisquer inconsistências ou irregularidades que caracterizem má fé ou dano ao erário do Regional, a comissão de inspeção concluiu que o CRA-RR vem executando suas atividades dentro da realidade, citando que não foi identificado nenhum tipo das colocações feitas e mesmo os documentos feitos que não foram anexados para o CFA e estavam no SEI em suas datas respectivas e ressaltou que o Cons. Marcos Kalebbe e o Cons. Rogério Cristino irão referendar que uma das principais acusações era sobre o quadro pessoal e, na verdade, não foi encontrada nenhuma comprovação das alegações apresentadas contra o Regional e foram dadas como quitadas todas as pendências

que existissem do CRA-RR, tendo sido informado que o relatório foi elaborado em conjunto com o Jurídico. Sobre o assunto, o Cons. Rogério Cristino complementou que no momento em que a comissão chegou ao Regional e quando o Cons. Amílcar apresentou o relatório da CAF e algumas informações que foram para a Ouvidoria e discutido na Plenária, o Presidente do Regional chamou a Diretora do setor financeiro e disse que estranhou o que foi apresentado e orientou que preparasse a documentação e que entregasse em cerca de 1 hora à Comissão e a deixou com a comissão e saiu, voltando mais tarde, e a Comissão checkou tudo de ponta a ponta e não existia nada do que foi recebido, inclusive, sobre uma pessoa que trabalhava no Regional que seria parente do Presidente do Regional, foi constatado que nada do que foi alegado em denúncia existia no Regional, relatando que foram dois dias no Regional analisando a situação do CRA. Com a palavra, o Cons. Marcos Kalebbe relatou que essa questão deu início na Ouvidoria do CFA, com o Cons. José Carlos Colares, que foi aberto pela Cons. Ellen Regina, havia queixa sobre comunicado do CFA ao Regional, foi informado que a comissão iria ao Regional, mas não foi dito o que teriam que fazer lá, tendo sido encontrado somente que todos os processos estavam no SEI apenas não remeteram ao CFA, todos estavam incluídos, ressaltando que o CRA quando foi recebido pelo Presidente estava “negativo” e ele entregou com superávit de R\$ 50.000,00 do exercício de 2019, citando que R\$ 200.000,00 foi do exercício de 2020 que foi passado para a Comissão, sendo este um Regional pequeno, bem enxuto, a gerente é muito bem capacitada e o Presidente abriu as portas para a comissão, relatando que tudo que precisavam foi prontamente atendido sem nem questiona-lo. Em referência, o Cons. José Carlos Colares mencionou sobre ser uma denúncia de falso crime, citando a despesa gerada ao Conselho Federal em razão disso e questionou à Assessoria Jurídica sobre a questão e o Cons. Amílcar Pacheco comentou que no momento a DIREX deveria tentar utilizar “dois pesos e duas medidas”, infelizmente, relatando que é uma situação política do Regional e nesta situação, ouvindo também o ex-Conselheiro de Roraima, o CFA foi envolvido nisso e acredita que a situação caminha para um entendimento pelo menos por parte da Plenária, citando que o Adm. Saturnino não iria se candidatar para as eleições em janeiro/2021e somente se candidatou porque queria “limpar” o nome dele da situação e demonstrar que não tinha nada porque se sáisse poderia dar a conotação de ser culpado e sugeriu que na atual circunstância, na situação que foi criada na política interna de Roraima, o CFA deveria segurar para que não se crie uma situação que leve a uma maior animosidade podendo gerar mais conflito, inclusive judicial, e o Adm. Saturnino disse que pelo relatório já daria confusão no Regional, sendo sua opinião que o CFA deveria “dar uma esfriada” nisso. Em referência, o Presidente Mauro Kreuz disse que iria colocar o relatório em discussão e a votação do mesmo conforme foi relatado. O Cons. Rogério Cristino informou que após a votação o CFA deverá enviar o relatório ao CRA-RR e ele tomará as medidas lá. Sobre o assunto, o Presidente Mauro Kreuz disse que entende o Cons. José Carlos Colares e comentou que enquanto tem estado na Presidência do CFA quantas denúncias anônimas e falsas teve que responder, mencionando o Adv. Marcelo Dionísio, citando inclusive pago pelo erário público e pela sociedade. O Cons. Rogério Ramos citou que ser objeto de uma denúncia em um processo não tem nada, inclusive, havia colegas que em razão de indiciamento, em tribunal de exceção, queriam “cortar” sem nem intervenção, citando que todos que fazem gestão pública estão sujeitos, o que não se pode é fazer errado e prevaricar e podem imaginar que um está errando e não estar e vice-versa e fazer a condição de que há prevaricação e passando os olhos em cima de alguma que está acontecendo. O Presidente Mauro Kreuz lembrou a “parábola do coelho e do cachorro” que mencionou em reunião anterior.

Na sequência, o Presidente Mauro Kreuz colocou o relatório em votação e a DIREX acompanhou o posicionamento da Comissão, tendo sido feito o encaminhamento ao Plenário para discussão e deliberação.

10. **LIVES E PALESTRA NO CFAPLAY. (CCM)**

Item não abordado na reunião

11. **ERPA SUL – ALTERAÇÃO DA DATA DE REALIZAÇÃO. (CRIE)**

Primeiramente, o Presidente Mauro Kreuz comentou sobre o comentário de que os Regionais pequenos se viraram nos 30 e deram um jeito e citou que 14/15 Regionais estavam em um movimento político intenso em abril e maio para não pagar cota parte, para obter empréstimo e a Diretoria aprovou o “santo” protocolo” e ninguém pediu nada e aprendeu com o Presidente da IBM que a mudança ou se faz pelo amor ou pela dor, pela consciência ou pela necessidade e se for pela necessidade se coloca o “bode”, podem ser várias estratégias, mas se coloca o “bode” e o “santo protocolo” foi o “bode” e disse que colocou o “bode” na sala e foi uma maravilha, coloca-se o “bode” e aí ninguém mais lembra do problema, querem se ver livre do “bode”, ninguém quer o “bode” na sala.

Com a palavra, o Cons. Gilmar Camargo citou que o ERPA Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) estava previsto para Foz do Iguaçu de 24 a 26 de junho e agora está chegando a hora de fazer algumas contratações para o evento e veio esse reforço da pandemia nas grandes cidades e grandes centros, então está girando muito em segurança e pleitearam de adiar para 16 a 18/09. O Presidente Mauro Kreuz questionou se terá alguma colisão com o calendário do CFA e o Cons. Gilmar Camargo citou que não há nada previsto, apenas está pendente a celebração na Câmara e no Senado e, se for, será em torno dos dias 8, 9, 10 para a semana de setembro, tendo sido citado que não estão previstas reuniões (DIREX, Plenárias, Fórum), mencionou, ainda, que tem o apoio da OLA, que foi fechado no ano passado e que este ano precisa ser revisto, já tendo comentado sobre isso na última reunião, tendo sido justificado que fica mais seguro.

Em votação, a DIREX aprovou, por unanimidade, a alteração da data conforme proposto, 16 a 18/09.

12. **DEMONSTRAÇÃO DA PLATAFORMA DO CLUBE DE VANTAGENS DOS PROFISSIONAIS DE ADMINISTRAÇÃO. (CRIE)**

Informes. Item não abordado.

13. **INFORMES DA OLA (CRIE)**

Informes. Item não abordado.

14. **INFORMES DA CRIE**

Informes. Item não abordado.

15. **CBO – CATÁLOGO BRASILEIRO DE OCUPAÇÕES. (CEPE)**

O Cons. Marcos Kelebbe expôs sobre a Classificação Brasileira de Ocupação que é um trabalho importante, citando que na época que estava na CFR foi dado início ao projeto e foi entendimento retomá-lo, tendo sido discutido, inclusive, na última reunião da DIREX. E, com isso, a intenção é dar segmento a esse projeto, que ajudará bastante na questão da fiscalização e dos registros do Sistema, tendo em vista que o intuito é trabalhar para atualizar o CBO, onde muitos desses campos que hoje são da Administração, a própria classificação do CBO deixa em aberto para outros profissionais possam exercer a profissão do Administrador e acabam prejudicando a profissão. E o intuito é trabalhar para a atualização e já foi dado o início, relatando que estava parado na FIA/USP, em São Paulo, que ficaram de analisar e não houve mais resposta referente a esta questão, destacando que pensa ser importante retomar este trabalho e seria o caso de criar uma comissão, sendo importante a CEPE e a CFR fazerem parte e dar continuidade ao trabalho que foi iniciado anteriormente.

Sobre o assunto, o Presidente Mauro se pronunciou que tem uma sugestão em razão da economicidade orçamentária, que, em primeiro lugar, a CEPE faça a gestão destes dois assuntos (CBO e CBA) fiquem na CEPE e a segunda que a Câmara tome todas as medidas quanto às Câmaras envolvidas e evitar criar comissão, reafirmando que a gestão fica com a CEPE e se tiver que estabelecer diálogos com as demais Câmaras que seja feita para evitar reindustrializar as comissões, que implicará em viagens, lembrando que foram cortados R\$ 1.000.000,00 do orçamento, estando de acordo com a retomada de ambos – CBO e CBA. Acrescentou que o CBA necessitará de um processo licitatório, de um termo de referência bem elaborado para evitar o que ocorreu na vez passada. O Cons. Marcos Kalebbe acrescentou que será necessário muito o apoio da CFR por ser um trabalho científico e, inclusive, na época, lembrando que necessitou muito da ajuda do Presidente e da CFP na época. Em referência, o Presidente Mauro Kreuz lembrou que a gestão é compartilhada e todos pertencem a uma instituição chamada CFA e cada vez mais os problemas são inter-relacionados e correlacionados, ninguém é autônomo em sua Câmara e cada vez mais pela complexidade é preciso estabelecer novos diálogos, querem chamar de interdisciplinaridade e se tiver que dialogar com a CFP, CFR, CCM terá que dialogar com os Diretores e estes direcionar os staffs e estrutura necessária. Então, tudo que for de relevância institucional, onde o Presidente tiver que estar, estará envolvido, ajudando e colaborando, mas a gestão será da CEPE, considerando importante porque se tem a organicidade para isso e os demais irão ajudar, colaborar nas demandas.

O Cons. Marcos Kalebbe citou que o CBA volta à tona, tendo sido citado no Fórum de Presidentes e no Plenário. O Presidente Mauro Kreuz manifestou querer dar mais racionalidade, objetividade, celeridade, sem ter que gerar ônus desnecessários. Em referência, o Cons. Carlos Alberto destacou que a CFR quer participar deste processo e é entendimento que o CBO, ligado com RAIS e CBA fiscalização quer ter a garantia de que vai caminhar de forma que não seja uma coisa acadêmica, que seja técnico voltado para atender os interesses da fiscalização. O Cons. Marcos Kalebbe completou que a intenção é trabalhar em conjunto voltando para a defesa da profissão e esta é a sua intenção. O Presidente Mauro mencionou que acabou o Ministério do Trabalho que tinha um acordo com a FIA/USP, com olhar acadêmico mais crítico, certamente se a Cons. Claudia Stadlober estivesse em seu lugar naquela vez faria a mesma coisa e se pega o CBA que não tem referências bibliográficas, para ele pode “jogar no lixo”. O Cons. Marcos Kalebbe relatou que foi identificado justamente fazendo o trabalho do CBO, pois quando estavam fazendo a proposta com o Ministério do Trabalho sempre anexava algo do CBO e notou que não tinha essa questão das referências, vários trechos quando jogava no Google surgia em outros trabalhos de alguns profissionais e surgiu a preocupação quanto ao conteúdo. O Presidente Mauro Kreuz justificou que foi muito pertinente e foi exarado um parecer que foi aprovado por unanimidade, foi levado à Diretoria e ao Plenário e foi uma decisão difícil, mas necessária, porque estava exposto ao risco a instituição do CFA, que estava se baseando em um documento sem substrato, científico e metodológico, complicado. Sobre o tema, o Cons. Fábio Macedo disse entender que será um trabalho bicameral, sob a supervisão do Cons. Marcos Kalebbe, onde o CBO passa pela fiscalização e o CBA passa pela profissionalização da CFP e queria deixar um registro importante que há dois Regionais que completam 11 anos que são o CRA-AC e CRA-AP, na data de 2010 foram constituídos esses dois Regionais, tendo sido solicitado o registro e menção e registro também ao Plenário, agradecendo ao Cons. Fábio Macedo a pertinente lembrança.

16. **CBA – CATÁLOGO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO. (CEPE)**

Tema abordado no item anterior.

17. PROJETOS DA CEPE

Informes. Item não abordado.

18. GESAE. (CEPE)

O Cons. Marcos Kallebe expôs que ao assumir a Diretoria da CEPE verificou os projetos que tinham em andamento e como estava a situação e tomou conhecimento que já foi debatido em reunião de Diretoria anterior sobre a continuação do GESAE pelo próprio CFA, mencionando que tem conhecimento de um sistema do Ministério das Cidades que informações mais avançadas. Relatou que o tema foi debatido pela manhã e não sabe o que foi definido quanto à continuidade ou não do projeto. Acrescentou que a Câmara defende que seja dada continuidade ao projeto, tendo em vista o produto elaborado com o sistema, embora seja mais avançado e de forma gratuita, o GESAE também é, mas de certa forma pode dar visibilidade ao Sistema como um todo e muitos deles tem conhecimento do sistema do Ministério das Cidades e questionou, uma vez que não estava presente na reunião anterior da Diretoria, tem conhecimento de que já foi debatida essa questão do GESAE e hoje a Câmara defende a sua continuidade e trouxe para discussão sobre o tema, uma vez que o projeto está parado.

Em referência, o Presidente Mauro Kreuz informou que não houve deliberação anterior sobre o assunto, ficou de fato de retomar a discussão, porque havia uma série de pendências da empresa Interáguas e à época cobrou da ex-Diretora Gracita Hortência a solução dessas pendências e foi um embate duríssimo porque não acatado o fechamento e qualquer discussão de prorrogação ou de um novo contrato com a Interáguas enquanto houvesse pendências e esse foi o acordo e foi resolvido desta forma já no término da gestão e seria retomado na nova gestão, sendo pertinente trazer o assunto. Acrescentou que há a necessidade de deliberar na Diretoria e no Plenário porque implica em custos, se continuará com o GESAE ou não e se sim, se será pelo próprio CFA ou por parceria com a empresa Interáguas. Citou que existem duas possibilidades, citando as implicações sendo pelo CFA ou em parceria pela Interáguas. O sistema do Ministério das Cidades se baseou muito na modelagem do sistema do CFA, lembrando que é de um órgão oficial e utilizam informações como o CFA dos SNIS (Ministério das Cidades) e havia um convênio, tendo sido esclarecido que é público e a empresa Interáguas usava. Citou que um de seus questionamentos é que não havia reciprocidade institucional para o CFA, era zero reciprocidade, e foi muita viagem, foi muito custo, foi muito gasto e só quem ganhou foram os Prefeitos e as associações de municípios, o CFA não ganhou nada, foi zero, e cobrava a reciprocidade, então, foi uma questão de análise e definição institucional da Diretoria Executiva e do Plenário. Citou que se o CFA o mantiver, qual seria a forma e o valor a realizar, sendo preciso precificar, seja na modalidade própria, seja na modalidade da Interáguas e precisa ser devidamente modelado. Citou que acabou entregando as fontes e hoje teria condições de fazê-lo, mas agora existe um sistema que está à disposição e não precisa mais do GESAE hoje. O próprio sistema do Ministério das Cidades é público e o próprio Ministério ligado aos municípios faz isso. Então, essa é uma decisão a tomar, todavia entende que qualquer avanço implica em precificar para voltar à DIREX e levar ao Plenário, citando que a deliberação da Câmara que dirá se entende que deve continuar e por quais razões, mediante convênio ou não, ou pelo próprio CFA e o valor em ambos os casos e então a DIREX examina a pertinência de uma e de outra, em âmbito institucional se será mantido ou não, citando que é preciso ter clareza dos objetivos, se dá visibilidade, não há a menor dúvida, lembra que no histórico do estudo que fez foi gerada muita visibilidade, mas é preciso ver o retorno disso, mas os dados concretos mostram que “não fez cócegas na planície”, é um processo autofágico e essa é a realidade, como grupo é preciso decidir em tempo, dinheiro e a questão do foco temporal e investir tempo, energia e dinheiro em quê? Estas são as escolhas a fazer e se deu conta de tudo isso quando coordenava a Comissão de Planejamento Estratégico e se lembra que olhava aquele mapa de ações do projeto estratégico e ao avaliar o impacto pífio, zero impacto, e não há hoje tempo e dinheiro para trabalhar somente a questão da imagem, da visibilidade, que pode retomar e será uma boa discussão durante a “imersão”, quando se diz “onde estamos?” “quem somos?” “o que queremos ser?” “o que temos que ser para sobreviver?” Estas são as perguntas chaves porque o foco do ponto de vista estratégico está equivocado e tem estado equivocado porque se não tivesse os números seriam outros e toda hora se encontra uma “amuleto”, sempre tem um “amuleto”, sempre se esquivava e não quer encarar a realidade e já disse que se o CFA fosse uma empresa privada o conselho de acionistas já os teria demitido há muito tempo pela ineficiência de resultados e as coisas estão aí, tem mostrado os números, a realidade, em 2017 não fez “cócega”, ninguém usou o estudo para nada, todo mundo ficou fazendo a mesma coisa, do mesmo jeito, não mudou nada e houve piora de lá para cá, citando que a escolha é “nossa” e “querem continuar assim?”, indagou.

O Cons. Diego Costa mencionou que quando o sistema foi instalado na gestão do Cons. Wagner Siqueira, foi feita uma visita com uma equipe de Aracaju e relatou que foi um fiasco, o presidente da companhia de saneamento do Estado, citando que o encaminhamento da apresentação foi completamente distorcido, tendo sido levado um vídeo sobre o problema de saneamento no Brasil, dentro da companhia e houve um estranhamento entre eles e o presidente da companhia disse que já tinha todos os dados e não precisava. Então, como experiência, citou que esse trabalho tem que ser bem feito e não falar mal da casa e da pessoa. Relatou que depois pediu desculpas e ele continua presidente da companhia, acrescentando que todos sabem que existem problemas de gestão, mas entende que não seja por meio de críticas. O Presidente Mauro comentou que dizia à CEPE que queria entender o que move, qual seria o “pulo do gato” de um executivo sênior como o Sr. José Antônio Campos Chaves da Interáguas que ficava andando e trabalhando de graça, claro tinha as diárias e as passagens, mas não poderia ser apenas isso, por ser um homem inteligentíssimo, profundo conhecedor, consultor internacional, deveria haver algo errado ou “alguém está fazendo gol com a bola da gente” e de tanto perguntar se chega na

origem e o incomodou profundamente e se sentiu usado. Quando a Diretora Gracita dizia "Presidente Mauro, o senhor nem imagina como a prefeita de Ilhéus está feliz" e dizia "eu não, não tenho nenhum motivo para estar feliz", ela poderia ter todos os motivos, mas ele nenhum. "O que ganhou? O que o CRA-BA ganhou?", pois se ele não ganhar, não ganhará cota parte, simples assim. Ouvia, "o GESAE é nosso", e respondia "Sim, e o que ele gera se é nosso" e essas perguntas precisam ser feitas e qual é a concretude de resultados relatando que o Cons. Fábio Macedo acompanhou a indignação do Presidente, foi citado, ainda, que fizeram o lançamento no Palácio, reuniram todos os Prefeitos, nem sequer convidaram o CFA e o Ministro Nardes é que foi homenageado. Citou que indignação não é só dele, porque acompanhou o trabalho do Diretor Fábio Macedo e da Câmara de Gestão Pública e tudo que foi feito e na hora de então ter visibilidade nacional e do CFA estar lá (Diretor, Presidente ou qualquer um dos Conselheiros) não houve nem lembrança e no evento não foi dado nenhum crédito, dar visibilidade no site não adianta, colocar a logomarca do CFA tudo bem aparece, mas foi um evento e homenagearam o Ministro Nardes, citando que nada tem contra o Ministro, é amigo, Administrador, colega, conterrâneo, mas e o CFA? Citando que nem sequer foram avisados e convidados, citando que é uma falta de respeito com a instituição, que estava cansado de ser usado em nome da instituição e em não ter reciprocidade nas coisas e "não quer ser mordido pela mosca azul", nunca foi, não o pega e não precisa disso, que quem tem coragem de fazer gestão e compartilhar como está sendo feito não pode ter "mosca azul", tem que estar despido de qualquer vaidade, não pode ter ciúmes de ninguém, nem medo de ninguém, então "nem aparecer, aparecemos" e nem teria ido, como foi quando saiu a matéria no SBT no telejornal, o Cons. Carlos Alberto que foi lá, porque foi ele o responsável pelo projeto, ele era o Presidente, mencionando que não tem esse tipo de vaidade e não precisa disso, pois a sua vida é o seu palco, a sua biografia é o seu palco, teria ido o Diretor Fábio Macedo, para justificar as entregas do CFA e foi entregue, e o que foi recebido foi a fotocópia da agenda municipal e lembra de mencionar, declarando que não pode deixar de emitir as suas indignações porque senão não seria mais verdadeiro e não poderiam mais confiar nele, enquanto estiver se indignando e compartilhando suas indignações e que poderiam ter nele um "soldado", um "guerreiro" naquilo que for para o bem da instituição, repetindo que está cansado de ser usado. Relatou as reuniões que o Cons. Fábio Macedo fez em conjunto com o ex-coordenador Rodrigo Moura (CGP) e agora com o Cássio Mattos, mencionando que sabe de todo o esforço que foi feito, acompanhou tudo. Sobre o tema, o Cons. Fábio Macedo citou que a classe questiona produtos, entregas, e o GESAE foi a construção de um produto desde quando assumiu, o GESAE não era mais para estar na CEPE era para ter ido para a CGP da mesma forma que leva o IGM, o GESAE estaria junto numa correlação de apresentação e foi pedido para a equipe fazer os cálculos e não sabe se a coordenação da CEPE chegou a fazer, relatando que em novembro quando a Cons. Gracita Hortência trouxe o tema para discussão quanto a continuar ou descontinuar, era para ter sido feito este cálculo, até suscitou se já havia a inteligência, se já havia conseguido manter e alimentar os dados internamente, sem a necessidade de contratações, porque a inteligência do IGM hoje está no CFA e o técnico é o coordenador Cássio, foi uma das exigências de quando assumiu a Diretoria, então o Cássio alimenta o que se gasta é só a atualização do painel, que fica R\$ 3.000,00 da última vez que foi feito e isso gera acesso exclusivo, gerou CRAs negociando parcelamento para ter acesso e houve profissionais que se registraram no CRA querendo acesso exclusivo, então tem alguns exemplos mapeados, pequenos, não tão grandes, e se está tentando dar dimensão, lembrando que o GESAE sempre foi público (login e senha), o público acessava e usava, pediu para o técnico sentar com Adm. Juliana Reis e com o Adm. Cássio Mattos para analisar a possibilidade de continuidade desse projeto até para o compartilhamento, porque pelo que foi passado pelo Adm. Cássio Mattos é pegar o SNIS e tabular em gráficos, sem apresentação de resultados mais precisos e análises, como o IGM vem fazendo, não tem uma metodologia aplicada dentro do GESAE, então pediu a análise para verificar se continua ou não, a atualização seria algo básico, teria grandes custos, grandes elevações e entende que por mais que o Ministério tenha lançado em 2020 uma nova plataforma, foi gerado em 2017, mas talvez foi dada a segurança devida ao GESAE como foi com o IGM quando esteve no Ceará, que foi parceiro, citando que para acessar o banco de dados seria necessário um termo de cooperação técnica e queriam que fizesse com a SUDENE, mas é preciso ter o nome do CFA e da SUDENE junto, lado a lado, governo do Estado do Ceará e CFA lado a lado, mas não os procuraram mais depois disso, relatando que foi duro, ou seria parceiro e ter o nome junto, anda junto, ou então entregaria as fontes e a "inteligência" para se apropriar e ficar como quiser, então, tomou a liberdade de discutir na Câmara com o Cons. Kalebbe e acredita que deveria continuar se tivesse a "inteligência" internamente de uma atualização sem grandes custos e até se tornar acesso ilimitado como está sendo feito com o IGM, cujo lançamento deverá ocorrer em 2021 até meados de março. Dentro do acesso exclusivo só será liberado tecnicamente a partir de agosto ou setembro que torna público para o País todo para os profissionais de Administração, de quem está adimplente e essa é a contribuição que queria trazer.

O Presidente Mauro Kreuz relatou que na verdade não dá para comparar o GESAE com o IGM, são conceitos e produtos diferentes. O IGM é dos municípios, são quase 6.000, e estabelece outro diálogo com a comunidade profissional e se for analisar todo o custo versus o que gerou de resultado, o déficit é muito grande, mas deu grande resultado e visibilidade e questionou se quem seria interessado no GESAE não seria o município ou o Estado, então interessa ao Administrador entregar e o que fará com ele, como Administrador, sendo esta a discussão que é preciso ter, qual seria o valor agregado, não por ser mais um produto, seria como uma "Ferrari", mas são os outros que andam com ela e ainda abastece, paga IPVA, seguro, é preciso ser frio, ou começa a fazer cálculo de retorno de viabilidade do que foi feito ou quebra mais do que já está, há um limite quando se fala em reciprocidade, viabilidade e os princípios, seria investir 10 e tirar pelo menos mais do que 10, citando quanto valeria a imagem, poderia valer muito ou nada, depende de quanto a imagem gerar de retorno, porque se a imagem não gerar retorno, não adiantou nada. A imagem tem que ser precificada, precificável, agora se esta imagem está melhorando a performance nos Regionais, lembrando que são os arrecadadores e se os produtos não agregarem valor aos Regionais, que é sempre a porta de entrada de tudo que se fizer, será lá e não aqui. Citou, ainda, que o CFA não gera receita, quem gera é o Regional, então é preciso dizer se irá gerar valor, quanto, como e em quanto tempo.

O Cons. Marcos Kalebbe comentou que ficou bem clara a questão e a proposta da Câmara seria de retirar de pauta da reunião plenária e fazer uma melhor análise, inclusive, verificar se é possível fazer atualização, tudo pela casa, a intenção seria não trazer custo algum para o Conselho e em outro momento, na próxima DIREX e Plenária se volta a discutir esse assunto já com o parecer da Câmara e acredita que seria mais apropriado para o momento. O Presidente Mauro lembrou que a ex-Cons. Gracita Hortência falou sobre o caso emblemático no Rio Grande do Sul de uma companhia de água e foi o maior conflito, citando que saneamento, água e esgoto é um “vespeiro”, é muito dinheiro, muito lobby, muito interesse e a questão é se o CFA “vai se meter” nisso? Citou que o CFA ficou mal, inclusive ela como Diretora também. O Cons. Marcos Kalebbe afirmou ser favorável pela continuidade, citando que poderia fazer até um treinamento online com os Regionais para fazerem as explanações sem a necessidade de se deslocarem. Outro fator citado que Presidente Mauro foi que os Regionais em nenhum momento se interessaram pelo GESAE, porque, como irá dialogar para falar sobre saneamento, os Prefeitos e associações se interessaram, mas é um lobby grande de interesse que se renove o contrato que tinha na empresa daquele município e era “jogo pesado”. Então, foi assim e quem mais se interessou? Porque não era atrativo e começou a se dar conta mais na Presidência, observava quando era Diretor da Câmara (CFP), quando assumiu a Presidência e começou a aproximar a lupa de fato de todos os projetos e entender melhor e começou a desvendar alguns mistérios que até então estavam de certa forma ocultados, só via a pontinha do iceberg, o resto não enxergava, a água estava barrenta. Citou que não diz que sim nem não, mas é preciso trazer a discussão de outra maneira para novamente e há muitas outras iniciativas que é preciso ser revisadas que não geram valor, que não agregam valor, citando que ninguém vive de vento, de aparência, ninguém vive de status e lembra que pediu para a Cons. Gracita Hortência colocar uma cláusula para o município de Ilhéus sobre reciprocidade e abrir espaço para o mercado de trabalho para os profissionais de Administração e perderam a parceria.

O Presidente Mauro Kreuz acrescentou que o incomodava muito, as viagens, e se lembra que com o Vale do Aço também, mencionando que quantas vezes foram lá, citando o Cons. Gilmar Camargo, para fazer o convênio com a Associação do Vale do Aço, quantas vezes a comitiva toda do Chaves foi para lá e pagou e foi muita “grana” e não gerou um registro, nenhum registro. Mencionou uma resposta de um internauta ao Presidente da República no *Twitter* “o sistema de saúde no Brasil sempre teve problemas e nunca funcionou e agora com a pandemia pode continuar não funcionando e tudo bem, se não funcionou até hoje bem, isso não quer dizer que não pode funcionar um dia bem”.

19. FISCALIZAÇÃO DAS CÂMARAS DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM NO ÂMBITO NACIONAL. (ADM. MARCOS KALEBBE)

Informes. Item não abordado.

20. RELATO E JULGAMENTO DE PROCESSOS EM GRAU DE RECURSO. (CFR)

O Cons. Carlos Alberto Ferreira Júnior informou que a CFR analisou 52 processos a serem apreciados nesta próxima sessão plenária.

21. PROJETO BI REGISTRADOS – CFR/CIN. (CFR)

O Cons. Carlos Alberto Ferreira Júnior informou que o projeto BI não é deliberativo porque é uma proposta de um projeto que foi desenvolvido pelas estagiárias da CFR e da CIN, sob a supervisão dos coordenadores da CFR e CIN, e a apresentação *DashBoards* sobre registrados do Sistema CFA/CRAS poderá ser feito posteriormente, se houver espaço na reunião. O Presidente Mauro citou que viu e o coordenador José Carlos (CIN) o levou e ele ficou encantado e o fez lembrar o Onecad e gostou muito. O Cons. Carlos Alberto comentou que atende a demanda da CFR que é mostrar os números que estão acontecendo no Brasil inteiro, em âmbito nacional, separado por estados. O Presidente concordou em retoma-lo depois.

Com a palavra, o coordenador Ailton Brito (CFR) citou que é um ponto de decisão, questionando se tornará público os dados ou se ficará apenas no âmbito da Diretoria. O Cons. Carlos Alberto informou que não vai tornar público isso agora, primeiro será analisado como se apresenta, quais são as informações, o suporte, se as informações têm consistência para depois discutir a questão da aprovação. O Presidente Mauro concordou.

22. PARCERIA COM A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E INOVAÇÃO/MINISTÉRIO DA ECONOMIA – SEMPE. (CFP)

Informes. Item não abordado.

23. PROGRAMA DE CERTIFICAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA CFA/CRAS. (CFP)

Informes. Item não abordado.

24. REUNIÃO NA AMM/MT. (CGP)

Informes. Item não abordado.

25. **REGISTRO MARCA IGM-CFA. (CGP)**

Informes. Item não abordado.

26. **INFORMES DA CGP**

Informes. Item não abordado.

27. **OUTROS ASSUNTOS**

Processos – fragmentado x unificado – SEI (ASJ)

O Presidente Mauro Kreuz iniciou dizendo que o SEI tem 5 anos no CFA, mas o SEI nunca teve problema e, de repente, este ano começou a ter problema, tem um grupo que defende que os processos sejam únicos, ou seja, inicia um processo com um número e lá seja tudo apensado nele, aditivos, pagamentos, renovações e tem outro grupo da área da Assessoria Jurídica do CFA – Adv. Marcelo Dionísio e Keila Maia, que defende que seja um único processo e o grupo do SEI – Adm. Juliana Reis, Thiago Cosme, José Carlos Ferreira, Ana Carolina, Kátia Granjeiro, que têm a visão de que os processos sejam fragmentados e a cada novo evento exista um processo e faça relação a este novo processo com o processo anterior e assim sucessivamente, tantos quantos forem. Relatou que foi feita uma primeira reunião e não houve evolução de consenso e foi definido então fazer um *benchmark* e cada um ficaria encarregado de verificar como funcionam as organizações que usam o SEI e voltar para ver de novo como as organizações atuam, mas foi visto que as instituições usam tanto uma quanto a outra modalidade de tal sorte que não ajudou muito no consenso e continua sem o consenso e alinhou com o grupo que este é um assunto institucional, como Presidente poderia tomar a decisão, mas como é do compartilhamento, entendeu que tinha que trazer, primeiro porque o SEI está nacionalizado e tudo que a equipe do SEI, quando faz o treinamento passa e é para seguir também, senão darão um treinamento ensinando X e o CFA estará fazendo X1 e este é um assunto sério, citando que ambos estão certos, mas existem dois tipos de habitualidades e se materializaram no CFA e isso precisa de uma definição e por isso trouxe a discussão para a Diretoria Executiva, sendo um assunto administrativo para não ser uma decisão monocrática do Presidente ou do Diretor ou do Vice-Presidente. Então, alinhou com o grupo dos que defendem o fracionamento dos processos e a correlação e quem defende que não, de ter apenas um processo e foi este o acordo que fez e está fazendo no momento.

O Cons. Marcos Kelebbe comentou que como são dois processos que são trabalhados no SEI e nenhum dos dois está trabalhando de forma irregular e se preocupa em alterar algum sentido, porque hoje a equipe do SEI, além de estar implantando o SEI no CFA, foi implantado também em 24 Regionais e acredita que a melhor forma a ser adotada seria o que a equipe do SEI vem adotando, sendo que a alteração irá gerar impacto também nos Regionais. Em referência, o Presidente Mauro recomendou escutar primeiro os relatos para ninguém ser tendencioso e quer que cada um faça o relato, para não macular os relatos, citando que ele já sabe, mas os demais Diretores não.

Sobre o assunto, o funcionário Thiago Cosme relatou que o assunto vem sendo debatido há algum tempo com o Presidente Mauro Kreuz e na verdade não tem um meio nem A nem B, os dois meios atendem a finalidade em si dos processos, só que para efeitos de processo e para obter melhor gestão contratual, a equipe até buscou em outros órgãos também e foi visto que a melhor forma é trabalhar com processo da contratação em si, da licitação e encerrando o processo da licitação e havendo um aditivo contratual realizar a abertura de um novo processo referente a este aditivo porque tudo que for referente a processo de pagamento, se posteriormente vier a ser aplicado alguma sanção naquele aditivo específico, fica tudo atrelado àquele processo específico, sendo que este processo de aditivo fica relacionado ao processo que gerou, no caso, a contratação, a inicial, esclarecendo que para todos os efeitos consegue pegar todo o mapeamento do processo, o CFA tem a contratação e na sequência do processo tem o primeiro aditivo, o segundo aditivo, o terceiro aditivo contratual e assim é possível ter todo o mapeamento e fica mais organizado para o pessoal que trabalha tanto na parte de processos de gestão de contratos, como com processos de pagamento também. A Adm. Juliana Reis relatou que verificou com vários setores do CFA sobre qual a melhor forma de cada um trabalhar e como fazem hoje, como com a Auditoria, o setor de contratos, a área de comunicação, com a fiscalização, setor de informática e a própria CEPE que também faz e conversaram com todos, citando que o CFA e os Regionais fazem processos relacionados e desde a implantação iniciou-se assim, mesmo porque foi a orientação desde o início que se fazia reunião semanal, depois mensal e depois parou, mas a orientação em 2015 foi essa (com o TRF). O técnico Thiago Cosme informou que a equipe buscou em outros órgãos também e relatou que não há nada normatizado, mas na grande maioria eles separam os processos de contratação dos aditivos justamente para facilitar na gestão daquele processo, então, por exemplo, se houve 12 processos de pagamento relacionado a um termo aditivo, ficam atrelados a este processo aditivo, citando que se houver um processo único será necessário relacionar toda a documentação em um só processo. Mencionou, ainda, que hoje está se falando da ferramenta de gestão do SEI, mas, independente da solução, a forma que se lida com o processo físico para digital é diferente, citando que tem e teve uma quebra de paradigma quando passou a trabalhar com processo digital/eletrônico e justamente trazer uma melhoria nos processos, quanto aos processos físicos normalmente se trabalha com processos em um único local e tem uma pasta daquele contrato, então, tudo relacionado àquele processo físico fica em um arquivo único, muitas vezes em vários

volumes, mas no processo eletrônico o que é feito é o relacionamento dos processos e se relacionar bem os processos será possível ter todo o ciclo do processo.

Sobre o tema, o Adv. Marcelo Dionísio, primeiramente, citou que ficou até constrangido desse tema ter sido trazido para a Diretoria, citando que o que está sendo discutido, deixando bem claro, sob o ponto de vista da Assessoria Jurídica, é que se pretende defender é o que é melhor para o CFA e não o que é melhor para a ASJ, CEPE ou CGP, então esta é a premissa pela qual a Assessoria Jurídica se fundamentou, citando que a razão desta celeuma é que de um tempo para cá alguns processos que vinham para a Assessoria Jurídica emitir parecer estavam vindo de forma fragmentada, citando como exemplo, a contratação para a compra de papel higiênico e o processo começou em 2017, houve a licitação, houve um vencedor, houve um contrato e, por algum motivo, seria preciso fazer um aditivo contratual neste processo e vinha um novo processo com aditivo, mas vinha para o Jurídico apenas o processo do aditivo, ou seja, mal instruído e não vinha completo, e questionava que não vinha o processo original, questionava sobre o contrato, mas não estava no mesmo processo, então, tinha-se o processo 01 e o processo 02, e era dito que é a mesma coisa porque estão relacionados, citando que não é a mesma coisa, não são o mesmo processo, então, do ponto de vista de O&M isso cria um inconveniente muito grande para a ASJ e para qualquer outra área que no futuro venha precisar trabalhar nestes processos. Relatou que a ASJ fez uma pesquisa em alguns órgãos sobre como se dá a prática, citando que não há legislação que defina que tem que ser um processo único ou fragmentado, não existe lei, portaria, não existe provimento, existe instruções normativas que recomendam da própria AGU e a ASJ tem procurado seguir o BPC, que é o boletim de boas práticas construtivas da AGU, citando que o CFA não está sujeito ao AGU, mas, mesmo não sendo, a ASJ procura se espelhar nas melhores práticas e elas recomendam que seja feito em processo unificado. Foi feita uma pesquisa rápida e constatou que as prefeituras de Porto Alegre, Maringá e a UNB utilizam esta metodologia de O&M para trabalhar o processo unificado e consultou também outros sistemas de Conselhos Profissionais, citando o Conselho Regional de Educação Física de São Paulo, que também trabalha de forma unificada e o Conselho da Bahia e coincidentemente ao ligar na Bahia o Advogado de lá comentou ter sido interessante ter consultado porque havia tido um problema há 15 dias atrás por causa disso. O Diretor ao consultar o processo ele viu que não tinha parecer jurídico e veio interpelar porque e teve que explicar a ele que tinha, mas não estava no mesmo processo e sim em um processo relacionado e a Bahia decidiu revogar esta prática de desmembramento de processos e decidiu unificar.

O Presidente Mauro Kreuz comentou que feitos os relatos, passando a palavra para Thiago para complementar que gostaria de pontuar que, da forma que o Adv. Marcelo Dionísio falou, com certeza houve processos realmente mal instruídos que podem estar faltando algum arquivo, alguma documentação, mas isso não quer dizer que o processo em si esteja errado e o que pode ser feito, independente da forma que venha a ser adotada, seja que se o processo estiver faltando alguma documentação que seja devolvido e o encaminhamento seja feito após a informação. Citou, ainda, que no TCU, na Anatel, por exemplo, já que será um processo relacionado, é gerado um PDF do processo principal e jogam no processo secundário, que seria do aditivo, mas são processos secundários que abrem, então, o que se quer é tentar trazer a melhor prática para o CFA no sentido de trazer uma melhoria no fluxo de processos neste sentido. Com a palavra, a Adv. Keila Maia complementou que ao fazer o parecer jurídico, os demais colegas que tem formação na área de Direito sabem que o processo deve estar com os documentos todos no processo em toda a instrução processual, pois o parecerista não pode emitir parecer se estiver faltando documentação e por isso foram criados os check lists, porque nos locais onde há procuradorias da AGU o processo não passa da porta se não tiver tudo que está constando no check list, assim o processo é conferido por um auxiliar administrativo das páginas, dos documentos, para que o parecer seja dado, citando que o parecerista responde e agora com a nova lei de licitação existe um novo modelo de parecer onde o parecerista terá que se comprometer com o que estiver adotando sobre o processo e esta questão de retornar o processo por estar faltando documentação acredita não ser viável do ponto de vista de contratação quando se trabalha com prazo e a devolução do processo para ser complementada a instrução acredita que para a instituição pode acarretar de ficar descoberto de contrato porque o processo não foi renovado dentro do período e a questão do processo ser remetido completamente instruído é essa, o check list ajuda e o processo desde o início no mesmo local, a ASJ vai abrindo, fazendo os links e vendo qual o aditivo que está vigente, quanto tempo tem o contrato, lembrando que o contrato não pode ser renovado por mais de 60 meses e isso é uma questão de O&M, além de uma questão de organização processual. Com a palavra, o técnico Thiago Cosme acrescentou que tudo que foi passado, inclusive para os Regionais, foi deixar o máximo possível evidenciado dentro do processo, citando que por mais que se relacione um processo, no próprio corpo do processo em si pode-se criar um documento de que este aditivo é referente à contratação, ao processo X, então existe os chamados hiperlinks dentro do SEI e justamente se cria os hiperlinks para facilitar para a pessoa que está fazendo o processo, o gestor em si, e não ficar abrindo processo por processo, documento por documento, então o que se traz na verdade é tentar trazer uma facilidade maior uma visualização dos processos, então, o que se quer mostrar aos Diretores é que enviando um processo, pedindo autorização referente a “isso” e sempre se cria os hiperlinks e se vier bem documentado no processo essa questão pode até não estar relacionada, mas se estiver documentado no processo fica evidenciado que o aditivo é referente a um processo inicial.

Com a palavra, o Presidente Mauro Kreuz expôs que apresentados os relatos e feitas as réplicas e tréplicas abriu a discussão para questionamentos e esclarecimentos. O Cons. Fábio Macedo citou que, partindo do pressuposto da Administração Pública, citando que é continuada e não interrompe, citando que é o que sempre fala quando vai aos Estados e tem conversas na seara da gestão pública, citando que tem muito gestor que olha pelo retrovisor e esquece que tem um pára-brisa para trabalhar, administrar e dar continuidade e entende, dentro do pouco que estudou na área de auditoria e controladoria, na formação do Direito e na própria vivência da Administração Pública, citando que está completando 14/15 anos na Administração Pública, citando que entrou em 2007 e o processo é continuado, relatando que uma vez chegou no CRA e o gerente estava montando um processo, tendo que ter vários retrabalhos e tendo que remontar isso para gerar um

novo link, citando que montou um processo licitatório, abertura de edital, licitação, contratação, execução, pagamentos, sendo uma árvore continuada e “genealógica”, mencionando para cada mês ter que abrir um processo e ficar fazendo vinculações a algo que existe e comentou que era “surreal” e que iria comentar sobre isso no CFA, citando que na Administração Pública é continuada, se precisar fazer um termo aditivo, abre o termo aditivo e dali para baixo começa os pagamentos, se a contratação não pode mais ser continuada, citando o exemplo de passagem aérea ou fez uma contratação de valor global, encerrou a contratação da contratação global orçamentária, liquida aquele processo e aí sim é finalizado. E acredita que uma das coisas que fizeram errar, até na tomada de contas relativas ao SEI foi justamente esse desmembramento e não acompanhamento de um processo único, porque se tivesse sido a contratação da origem licitatória, os aditivos (etc), se lembra que o Adm. Sérgio Lobo (CRA-PR) na plenária disse a eles como aprovaram a continuidade de pagamento (etc) de processo licitatório, de pagamento de diárias, de contratos não executados (etc), e disse que não teve acesso ao contrato e o Cons. Fábio acrescentou que o contrato é a origem, então se não vincular, se alguém deixar de fazer vinculações, deixa até de buscar a orientação continuada desse processo, então se for para votação o seu parecer é que a administração pública é continuada, independe de quem nasce, tem ter início, meio e fim até a morte e ele até ficou surpreso com rateamentos e todo mês ter que abrir um novo processo e montar todas as origens e ele como diretor administrativo e financeiro do regional diz esse processo de pagamento é referente ao quê? Cadê o contrato para analisar? Devolvem para inserirem o contrato, aditivos e o que for dentro dele para fazer uma análise mais sublimada dentro do processo todo novamente, como foi citado pela Adv. Keila Maia citou, é ter retrabalho porque envia para o setor pensando que será analisado e volta porque tem que redefinir o fator de documentação interna. Se o processo é todo continuado, não se tem desculpa, está lá a origem, os pagamentos e o término do pagamento, como era passado, citando que tem volumes, na administração pública quando era papel se tinha vários volumes, só que hoje como está digital tem várias pastas continuadas da gestão processual e entende que tem que ser um processo único, continuado.

Sobre o tema, o Cons. Carlos Alberto mencionou que tudo é questão de metodologia de trabalho e causa-lhe espécie saber que se está discutindo esse tipo de coisa, tendo o Presidente dito que é muito complexo e não poderia tomar essa decisão sozinho, pois tem uma Diretoria Executiva para isso, a gestão é compartilhada, citando que poderia ter tomado a decisão, tem juízo de valor sobre isso e a questão é muito complexa, envolve muito dinheiro e imagem, citando que o CFA está indo e dando treinamento orientando A e no CFA vai fazer B ou AeB e não pode compactuar com isso, então a Diretoria terá que decidir a partir de hoje será “assim ou assado”. O Cons. Carlos Alberto citou que, então, se adotar o posicionamento do Cons. Fábio Macedo que vai de encontro ao posicionamento do Assessor Jurídico, Adv. Marcelo Dionísio, significa que todos terão que ser treinados de novo. O Presidente Mauro citou que seria uma diretriz nova, uma orientação. O Cons. Carlos Alberto questionou sobre qual seria o gasto mencionado e o Presidente respondeu que seria o gasto de imagem, citando que como iria tomar uma decisão isoladamente, vai afetar todos, as Câmaras, os funcionários, e quem vai tomar essa decisão, lembrando que a gestão é compartilhada e se é compartilhada é em tudo, não só no bom, mas no ruim também e este é o seu princípio, ou se compartilha o bom e o ruim, ou então ele ficará só com o bom. O Cons. Carlos Alberto disse que então precisa ver com os colaboradores, da equipe da Câmara, citando que pegou um caso concreto, abriu um processo de fiscalização e registro e viu a questão dos processos relacionados e o que se está discutindo é qual a melhor forma de trabalhar e em resumo é isso que está acontecendo. O Presidente Mauro Kreuz acrescentou que se escutar os Advogados falarão em segurança institucional e jurídica dos processos, se escutar a área administrativa é uma outra questão é mais lógica, racional, são duas análises, obviamente que isso tem uma repercussão institucional e não é o Presidente que monocraticamente vai definir sobre algo tão complexo, até porque o SEI está disseminado em todo o Brasil e serve também esta casa e a cada um e não se sentiria confortável e depois ouvir que não foi dito sobre a decisão A ou B e por isso quer compartilhar, ressaltando que pode ter a sua pessoal análise, mas é colegiada. O Cons. Carlos Alberto, em sua percepção, exemplificou citando um processo que é aberto, como é a metodologia que se faz em papel havia regra por determinação legal quando o processo era físico só pode ter 200 folhas e é assim que funciona. Então, cada vez que um processo em papel tem processos judiciais, administrativos, que eram 20 volumes, processo disciplinar, processo ético 30 volumes, 200 folhas, encerra, abre outro volume, e os volumes estão todos lá, volumes 1, 2, 3, 4, e era assim que funcionava, quando chegou o SEI, não sabe se por determinação interna do TRF, a cada 20 documentos se abre um novo processo, então, está replicando a forma como sempre se fez, a diferença é que ao invés de 200 folhas tem 20, citando que está com o processo aberto que está com o 8º volume e se completa 20 documentos naquela “tripa”, aparece uma pastinha e consta volume 8, e 20 documentos, completou e vai abrir o volume 9, é uma sequência concreta, sendo o mesmo processo. Abaixo tem processos relacionados e os processos relacionados, tendo 6, 7, 8, 10, 15 processos relacionados no mesmo tronco e é o que estão defendendo agora, ou seja, se quer ver um processo clica em reunião, vai abrir e dentro desse processo que trata do ENAF especificamente há 6 processos que tratam de reuniões e não sabe o que diz essas reuniões e qual seria o problema, seria escolher como quer trabalhar e para a tomada de decisão as pessoas têm que se adequarem a esta forma de trabalhar e ponto, não é dizer que desse jeito não vai funcionar ou que não vai dar certo, citando que no Ministério já passou por diversas mudanças, citando o mesmo exemplo dado, abre uma licitação e no processo vai fazer o primeiro termo aditivo do Ministério da Agricultura abre um novo processo chamado termo aditivo e vincula exatamente como está na “tripa” do SEI e, qual seria o problema, abrem um processo e se quiser achar alguma coisa, como encontra, vai fazer diferença e não vai conseguir achar, vai abrir todos os documentos para encontrar todos que quer e se tiver numa “tripa” inteirinha para encontrar o documento, então é só escolher a forma de trabalhar.

O Cons. Amílcar Pacheco citou ser um assunto de extrema importância e mencionou que gostaria, se fosse possível, de ouvir 3 pessoas: a Adm. Kátia Granjeiro e as implicações financeiras, a assistente administrativa e chefe do setor de licitação Ana Carolina e a contabilidade (João Gutemberg/Maurides), porque no seu modo de entender, não sendo contra nem a favor e não tem opinião formada, mas acredita que as áreas mais afetadas fazem parte da CAF, que é contabilidade e auditoria,

então não conseguiu sentir ainda, porque dependendo de como isso afetar a contabilidade, o administrativo financeiro e licitação vai afetar diretamente a Comissão de Tomada de Contas para a análise das contas, citando que hoje já se tem certo tipo de facilidade porque melhorou muito com a implantação que foi feita pela coordenação da CAF na contabilidade juntamente o contador João Gutemberg, então, gostaria de saber se afetaria diretamente. O Presidente Mauro Kreuz disse que a Ana Carolina não está presente, mas pode falar por ela que defende a mesma linha da equipe do SEI. Com a palavra, a Adm. Kátia Granjeiro, coordenadora da CAF, expôs que, como já disse em outros momentos, tudo é uma questão cultural, desde que o SEI foi implantado, ninguém sabia nada, então, de um dia para outro teve que adotar o sistema, foi uma determinação e todos começaram a trabalhar da melhor forma, de um jeito que fosse possível conseguir se organizar, inclusive no financeiro, a COF é muito complicado, sendo um sistema de gestão de documentos, mas foi possível todos se adaptar, então defende a posição da equipe do SEI recomenda e treina todos, para ela tem lógica, não há dificuldade, citando que não tem o que é certo ou errado, são formas diferentes de trabalhar e cada um já se adaptou, mas é preciso uniformizar. O Auditor Daniel Mendes expôs que existe a questão da segurança jurídica, mencionado pelo Adv. Marcelo Dionísio e pelo Presidente de ter a unidade do processo, mas também existe a questão administrativa, como foi explanado pela Adm. Kátia Granjeiro, se olha a parte da licitação, que contém a parte jurídica e a parte administrativa, citando que não adianta ter um documento único ou um documento fracionado se não houver todas as informações que devem constar e, às vezes, pode haver uma falta de comunicação entre as partes, citando que se receber um documento que não o tem por completo para fazer uma análise tem que devolvê-lo, como seria possível emitir um parecer de algo se não se tem todo, citando que é mais a questão de fluxo de processo que tem que ser resolvido, para a Auditoria, tendo toda a documentação completa e de forma organizada e de forma cronológica não faz muita diferença, se está organizado de um tipo ou de outro. Sobre o tema, o coordenador da CFR, Adm. Ailton Brito, expôs que há algum tempo já vinha comentando com colegas que o SEI precisa de um manual de utilização e que esse é um ponto que a discussão deverá levar no futuro, espera que não muito distante, citou que na CFR foram feitas orientações aos fiscais dos CRAs e foram colocadas as duas possibilidades, que pode ser relacionado e colocado tudo dentro de um, citando que na CFR se trabalha com relacionamento, sempre relaciona os processos e não vê dificuldade nesta forma e se alterar também não haverá dificuldade. O Cons. Amilcar Pacheco comentou que se os dois funcionam questionou o porquê de se discutir isso, se existe um sistema implantado, qual o porquê de uma mudança que irá ocasionar uma dificuldade, treinamento em um momento em que o CFA está com pouco pessoal e fiscalização e receita para pensar e não entendeu o motivo da discussão do tema. O Presidente Mauro argumentou que houve uma polarização e começou a crescer, tanto é que perguntou que nunca teve e agora tem, mas precisa dar um fechamento a isso e é um assunto de grandeza institucional, está falando de um sistema que está nacionalizado. Então, o Cons. Amilcar Pacheco comentou que já que o sistema está nacionalizado, já que não se gostaria de mexer com 24 estados que estão tendo relativa dificuldade para utilizar por causa da qualidade da mão de obra, deixaria assim.

Na sequência, o Cons. José Carlos Sá Colares expôs que ouviu a expressão da Adm. Kátia de uniformizar e do Adm. Ailton de cartilha, que é normatizar, citando que se falta normatização, normatiza e o Presidente Mauro disse que será normatizado e o coordenador da CIN, José Carlos Ferreira, está trabalhando nisso, bem como a equipe do SEI, mas é preciso tomar uma decisão não sendo possível continuar com essa dualidade ou seja por um ou seja por outro. Sobre o tema, o Cons. Rogério Cristino relatou que na reunião da CAF foi a coordenação do setor passou a respeito disso, citando que esse fluxo, esse processo, que esteve reunido com toda a equipe e não esteve presente, mas abordado a parte do SEI foi passado tudo a respeito do que foi dito e disse para ir e se pronunciar por toda a equipe, mas é o tipo de fluxo de processo que está dando certo, que foi implantado em todos os Regionais e novamente, citando que todos são Administradores, e vai novamente para os Regionais dúvidas, não sendo necessário treinar, mas vai enviar correspondência comunicando e quando a cartilha sair pela CIN e equipe do SEI, mas a decisão tem que ser conjunta, mencionando que concorda plenamente com o pronunciamento da Adm. Kátia, do Ailton e da equipe do SEI.

O Adv. Marcelo Dionísio se manifestou, ainda, dando dois exemplos, citando que gosta de olhar muito sob o ponto de vista das consequências, citando, como exemplo, a ouvidoria, supondo a chegada de uma demanda ao Cons. José Carlos Colares, uma reclamação de qualquer natureza e isso envolve o CRA-RS, a ouvidoria recebe, cria o processo 01 e envia ao CRA-RS para manifestação em 5 dias, o CRA responde, e coloca aquela resposta no processo chamado 2, mas que está vinculado ao 01 e o interessado solicita cópia do processo 01 para saber o andamento da demanda e não receberá a resposta do CRA-RS, receberá apenas a cópia do 01, porque 01 e 02, ainda que relacionados são coisas diferentes, ressaltando que relacionado não é a mesma coisa, são processos diferentes. Acrescentou que o exemplo que o Cons. Carlos Alberto apresentou é muito bom, um processo judicial, seja eletrônico ou físico, pode ter 1000 volumes, mas na capa de cada volume o número será o mesmo e quando se faz o desmembramento está se criando novos processos, não é o mesmo processo e isso precisa estar muito claro. Apresentou, ainda, outro exemplo, quanto ao jurídico, um processo de licitação vai para o jurídico dar um parecer e o jurídico recebeu o processo 01 da compra de “papel higiênico”, vai abrir um processo 02 relacionado, dar um parecer neste processo 02 e vincular, quando alguém pedir cópia do processo 01 do “papel higiênico” o parecer do jurídico não estará no processo 01, estará no 02, mesmo sendo relacionado não é a mesma coisa, é sobre o ponto de vista das competências organizacionais que está fazendo seu apontamento, mas irá acatar o que for para qualquer um e nenhum dos Regionais não é obrigado a fazer, nem unificado, nem desmembrado, façam o que for melhor.

O Presidente Mauro expôs que ao responder um CRA ou um órgão externo, sobre um determinado processo, se estiverem relacionados, será feita referência a qual processo sobre o fato, citando que é democrata por excelência e pensa que ficou bem claro o que foi discutido e postulado, mesmo que tenha suas convicções respeitará as posições contrárias, foi devidamente bem exposto ambas as preocupações dos dois lados, segurança institucional e jurídica e por outro lado a questão administrativa. Com a palavra, Thiago Cosme argumentou que a equipe não quer criar embate e sim trazer o melhor fluxo para o CFA e volta a salientar que como equipe SEI está se baseando no TRF, TRF1, TRF4, Anatel, TCU, Polícia

Rodoviária Federal e todos esses órgãos estão utilizando esta metodologia que o CFA segue também e, como já foi dito, não tem nada normatizado quanto a isso, nenhuma regra escrita que identifique que tenha que ser desta forma, mas o CFA está seguindo a mesma metodologia de órgãos que utilizam o SEI há muito mais tempo que o CFA, então, como o SEI é um gestor de documentos e equipe tenta trazer uma melhora nas rotinas dos fluxos administrativos, os benefícios que pode estar tendo numa área pode impactar e outra área, mas da forma que tem sido feito, lembrou que no caso do processo de tomada de contas ficou muito mais fácil de trabalhar com os relacionamentos de processo que são feitos e todo mês chega um processo de pagamento e todo mês se recebe certidões, certifica certidões daquela empresa, encaminha o processo de pagamento para o fiscal atestar e depois de todo o fluxo realizado é enviado para a contabilidade e financeiro dar prosseguimento, feito isso, é relacionado no processo de movimentação contábil do mês, então, depois que pensou nisso pode impactar no processo da contabilidade e na tomada de contas na frente porque é nesse processo que estará relacionando todos, seja um processo de licitação, de uma compra ordinária, então há muito mais que acaba envolvendo nesse tipo de processo.

O Presidente Mauro Kreuz colocou em votação e em decisão, a DIREX aprovou, por maioria dos votos, o modelo relacionado, tendo sido 3 votos para a proposta de unificado e 5 para a proposta de relacionado. O Cons. Carlos Alberto falou sobre atender a demanda da área jurídica, tendo o Presidente esclarecido que não tem como, citando que o maior conflito que se dá é exatamente na área de compras, continuando, assim, a discussão do tema e o técnico Thiago Cosme expôs que para facilitar o processo gera um PDF e “sobe” como o primeiro processo para mostrar que esse processo é sobre o outro, tendo sido definido desta forma.

Situação Presidência CRA-MA – O Presidente Mauro Kreuz apresentou um pedido recebido do Presidente do CRA-MA, no tocante à atualização do Portal modelo em que faz uma série de argumentos e relatou que encaminhou à CCM que respondeu de volta para fazer uma orçamentação, citando que o tempo para um treinamento ideal é de 01 hora direta por turno e não poderia ser online, sendo necessários 5 / 6 dias de dedicação online do CFA e do CRA-MA para este fim, o que já foi observado ser impraticável, tendo prosseguido com a leitura do documento enviado, ressaltando que seria necessário ser presencial e, no caso do Maranhão, em questões de diárias seriam R\$ 4.726,00 mais passagens daria aproximadamente R\$ 6.000,00, citando que ao receber entendeu que teria que trazer para a Diretoria mencionando que teria uma série de implicações financeiras e há o Portal modelo em 22 Regionais e se todos pedirem a atualização, então, essa seria a discussão.

Sobre o tema, o Cons. Diego Costa citou ser necessário repensar esse tipo de projeto que foi implementado em gestões anteriores e a CCM tem dado continuidade porque há uma “crença” na Câmara de que fica bonito para o Sistema ter portais modelos e o Presidente concordou que fica mesmo, entretanto, o Cons. Diego Costa destacou a necessidade de repensar esse projeto e, no caso do Maranhão, sendo necessário levar em consideração a situação financeira dos Regionais, mencionando que a questão online seja algo para se avançar mais à frente e pensar em alternativas de ter um treinamento, um curso, tendo suas complicações em termos de pessoal do CFA envolvido que precisaria estar lá para atualização e qualificação e seria de fato o momento para repensar. O Presidente Mauro Kreuz citou que se autorizar para o CRA-MA, abriria a possibilidade de ter que autorizar para os outros Regionais e as custas chegariam a R\$ 200.000,00. O Cons. Diego Costa acrescentou que no último Fórum de Presidentes foi informado de que o CRA-SC aceitou pagar todas as despesas e fará a atualização por conta própria.

O Cons. Marcos Kelebbe relatou que entrou no site do CRA-MA e consta que ainda está no modelo antigo e não se encontra no modelo dos 22 Regionais citados, ou seja, não possui a atualização dos outros mencionados. O Presidente Mauro Kreuz, então, afirmou que se o CRA-MA não estiver é favorável, se os Presidentes anteriores não pediram seria outra coisa, mas se este Presidente atual, o qual vem repactuando uma série de relações e já vem cumprindo com as obrigações, então pronto.

Na ocasião, o técnico da informática Weuler (CIN), relatou que trabalha juntamente com a equipe na atualização e quando o Regional se refere a essa atualização é porque já teve uma primeira etapa implementada por volta de 2015 que é o visual que está atualmente. A segunda etapa que vem sendo implantada nos Regionais e o novo modelo que é baseado no site do CFA, no caso do CRA-MA, o modelo do site ainda é de 2015 e por isso foi dito como atualização, que seria sair dessa versão de 2015 e aderir ao novo layout do site do CFA e demais Regionais em que está implantado. O Presidente Mauro comentou que então toda vez que o CFA implantar uma nova versão de site seria gasto.

O Cons. Amilcar Pacheco comentou que ao alterar a cor da marca do CFA para a cor tradicional, citou que cada Regional fez o seu e o CFA normatizou, e cada um terá que fazer o seu e com relação ao CRA-MA, pensa que cada CRA tem no mínimo a obrigação de padronizar o site com as definições do CFA e a despesa cabe a cada Regional fazer o seu. Com a palavra, o técnico Weuler (CIN) comentou que essa atualização dos que já possuem o portal modelo novo é possível fazer a partir do CFA, há um painel por meio do qual é feito esse gerenciamento mensal e é enviado mensalmente para os Regionais a notificação dessas atualizações e eles dizem que têm o backup e está tudo correto e podem aplicar as atualizações e do CFA, por meio desse portal de gerenciamento conseguem atualizar. No caso, esse do Maranhão, específico, está rodando em uma versão implantada em 2015, é uma tecnologia mais antiga, ultrapassada, que têm brechas de segurança e o que foi solicitado é fazer a substituição desse portal antigo para a nova versão, nova identidade visual que está sendo utilizada no CFA e nos demais Conselhos e migra-lo para uma tecnologia mais atual que facilita até a alimentação de conteúdo, citando que os Regionais que possuem a versão antiga tem grande dificuldade para manter atualizado e “subir” conteúdo e às vezes precisam contratar profissional especializado para isso, citando que quando a equipe vai ao Regional, capacita pessoas do próprio Regional para fazer essa alimentação, que foi o caso do Rio Grande do Norte, que tinham um assessor de

comunicação específico para cuidar disso e a partir do momento que foram lá e treinaram a Silvana, conseguiu dispensar o rapaz que cuidava desta parte de “alimentar”, ou seja, tiveram uma redução de custo quanto a isso, e outro serviço que o CFA auxilia os Regionais também é com a questão de redução de custos com serviços de informática, por exemplo, de hospedagem, geralmente gastam um valor a mais para hospedar o site e o CFA consegue auxiliá-los e prestar consultoria para reduzirem esses valores com contratos de e-mail, de hospedagem, de e-mail marketing e alguns outros que gastam para manter esse site do modelo antigo.

O Cons. Fábio Macedo questionou sobre a continuidade e manutenção, citando que salvo engano já tem 21 e para 27 irão finalizar os 27, citando que o Acre estava para janeiro e não foi feita essa atualização até por questões financeiras e fez de 21 e deixar os 6 últimos abandonar, é um Regional que tem extrema dificuldade de alimentar conteúdo, de fazer atualizações e ele mesmo quando era presidente, as matérias quem gerava era ele e até os dias de hoje tenta ajudar dentro de suas possibilidades de tentar estar alimentando e defende que os 27 sejam finalizados e dizer que a partir de hoje mudou toda a plataforma e “a responsabilidade é dos senhores” em finalizar os 27, como estão fazendo no SEI.

O Presidente Mauro Kreuz questionou quais seriam os 6 que faltam, tendo sido respondido que, na verdade, não recebeu solicitação de todos eles, tendo o Presidente afirmado que de fato depende da solicitação, tendo ficado acordado e deliberado que aqueles que precisam a Diretoria Executiva aprova e autoriza que se faça a atualização.

Ajuste salarial dos Empregados do CFA – O Presidente Mauro Kreuz relatou se reuniu com o Cons. Rogério Cristino e o Adm. Isaías Santos e no final o Presidente do Sindicato também participou da conversa, tendo uma previsão pelo acordo coletivo vigente de repassar um aumento de 5,4473% e isso implicaria em R\$ 555.694,00 do ano de aumento de custo, citando que foi colocado e todos os Conselhos Federais estão evitando dar qualquer repasse em função do que já foi dito e o Presidente do Sindicato foi muito afável com o Cons. Rogério Cristino, está tranquilo e o CFA já está aguardando a versão para o acordo coletivo com alguns ajustes pequenos e então este ano não será concedido o aumento, o que implicaria em R\$ 555.694,00 de aumento de custo, e se não tivesse feito o PDV, esse impacto seria de R\$ 715.320,00 e se não tivesse feito o PDV e esse reajuste teriam gasto R\$ 3.646.000,00 em pessoal este ano e esse seria o impacto final para se ter uma ideia de tudo isso e o Presidente disse que não tem nada contra o quadro pessoal, pelo contrário, citando que não adianta ter bons salários se a instituição não vai conseguir pagá-los. E essa é uma realidade, que não são culpados, estão sendo impactados fortemente, por razões já apresentadas, teve um aumento no primeiro ano em que assumiu pelo não atendimento do acordo coletivo pela gestão anterior, enorme, e foi repassado de forma universal e linear a todo mundo, mas o fluxo de caixa do CFA tem uma limitação e essa é a realidade.

O Cons. Rogério Cristino citou que vale salientar que se reuniu com o coordenador do CRHA, Adm. Isaías Santos, e o Presidente do Sindicato dos Empregados dos Conselhos de Fiscalização – SINDECOF, relatou que foi conversado sobre o reajuste deste ano e que queria parabenizar pela atitude que a nova Diretoria e o Plenário tomaram de terem feito o acordo de dois anos passados e, como disse, nada de reajuste, nada do plano de cargos e salários, e implantou e pagou, no passado concedeu ajuste porque fechou o acordo com os empregados antes da pandemia, mas pagou reajuste e este ano no índice de 5,54%, parabenizou e solicitou ao coordenador Isaías Santos que agende reunião com os empregados no final de março para conversar, citando que há Conselhos em que a situação é “triste” (o Presidente Mauro sabe quais são), acrescentando que seria melhor um acordo desse do que no final do ano ter um novo PDV no CFA, citando que o PDV realizado no CFA foi um exemplo para os outros Conselhos, foi o que o SINDECOF disse a eles e levou ao Presidente Mauro Kreuz a quem também agradeceu.

Situação de saúde do Cons. José Samuel Melo Júnior (CRA-MA) – O Presidente Mauro Kreuz mencionou a situação de saúde em que se encontrava o Cons. José Samuel Mello Júnior, que se encontrava hospitalizado, na UTI, com COVID19, comentando que seu estado é grave e se encontrava entubado. Mencionou que no art. 21 do regimento do CFA diz que “considerar-se-á vago o mandato do Conselheiro Federal Efetivo ou Suplente quando eleito não tomar posse dentro de 30 dias contados da data fixada para a posse dos eleitos, salvo motivo relevante, até 31 de maio, a juízo do Plenário”. Então, está trazendo à Diretoria e, posteriormente, ao Plenário, entendendo que neste caso existe motivo relevante suficiente para isso e que, portanto, o Plenário aprovando pelo regimento estaria salvaguardando a posse quando o colega puder sair da enfermidade e tomar posse. Outro ponto seria que entraria em “casos omissos” e também é competência do Plenário, como este é um caso de motivo relevante e sujeito ao Plenário, também desejaria levar ao Plenário um “caso omissos” da possibilidade de convocação do Cons. Suplente sem prejuízo ao titular que ainda não tomou posse, citando que se não submeter ao Plenário ambos os casos e convocar o Suplente descaracterizaria a posse do titular, então as duas coisas estão interligadas e explicou ao Adm. Jailson e à Cons. Aline Mendonça, relatando que conversou com o Adv. Marcelo Dionísio, Assessor Jurídico, e ficou muito claro e está trazendo à Diretoria Executiva o tema, que será levado também ao Plenário para deliberar. Entende e gostaria que ambas as situações pudessem ter a anuência da DIREX e do Plenário.

Em discussão, o Cons. Marcos Kelebbe comentou que é de conhecimento de todos a situação em que o Conselheiro eleito Adm. José Samuel se encontra, inclusive, está sendo bem divulgado nos grupos do WhatsApp, é uma situação atípica e delicada e a seu ver não há nenhum problema a convocação do suplente neste momento delicado até porque este já tomou posse no próprio CRA, apesar do regimento constar os “casos omissos” e, quando o Cons. José Samuel tiver condições de retornar, tomará posse sem nenhum prejuízo ao seu mandato e o suplente retorna ao seu mandato.

Com a palavra, o Cons. Rogério Ramos citou que o Plenário pretérito que aprovou o regimento nunca poderia prever uma situação como esta, o Conselheiro ser eleito e no momento de tomar posse ser impedido por motivos de saúde, ainda assim deu essa condição até maio, que é de fácil interpretação e de nenhum questionamento, mas dando outras condições como esta do próprio suplente, que a seu ver o Estado não pode ficar prejudicado em ficar de fora das discussões, não seria justo, então, a convocação dele nos casos omissos não daria nenhuma brecha em substituição por vacância, que não ocorreu, sendo um fato relevante, e se não houvesse essa condição de estender até maio iria propor ao Plenário a alteração no regimento. O Presidente Mauro arguiu que na verdade se equivocou, não seria até 31 de maio, mas sim 30 dias após a posse. Ainda assim, proporia a alteração citando que com certeza os legisladores não previram uma situação como essa. O Presidente Mauro Kreuz comentou que se configura acredita ser o motivo relevante.

O Cons. Gilmar Camargo comentou que existe uma máxima que diz “enquanto não tem titular não existe suplente”, então, a sua dúvida é se protela a posse do titular ou se o declara empossado para o suplente ter direito. Em esclarecimento, o Adv. Marcelo Dionísio esclareceu que essa situação entra exatamente nos casos omissos por ser totalmente atípico que o regimento não prevê e diz que “considerar-se-á vago o mandato do Conselheiro Federal que não tomar posse no prazo de 30 dias após a data designada” e a data foi 15 de janeiro, então, quem não tiver tomado posse até 15 de fevereiro perderia o mandato, mas existe o fato relevante de que o Conselheiro estar hospitalizado. O Cons. Gilmar expôs que vê diferença, sendo uma coisa é adiar a posse do titular e chamar o suplente, o que teoricamente não existiria porque não há titular e outra coisa é o Plenário declarar empossado (ele não assina), mas o Plenário declara empossado e o suplente passar a ser chamado para ser o titular. O Presidente arguiu que não teria o respaldo regimental, citando que o regimento é claro que são 30 dias, salvo motivo relevante, sendo coisas diferentes.

O Cons. Diego Costa questionou se seria possível tentar numa alternativa, se o Plenário poderia ou seria necessário ter uma reunião específica para essa modificação, tendo o Presidente citado que o regimento não pode ser mudado, o que pode fazer é o que o Adv. Marcelo falou, à juízo do Plenário, salvo motivo relevante à juízo do Plenário e poderá ser levado ao Plenário para definir se é motivo relevante ou não para que não tome posse em 30 dias. O Cons. Diego acrescentou que seria o motivo relevante, sendo necessária essa reflexão, e essa doença COVID é séria, mas poderia ter outra de internação, poderia ser um acidente, estar em coma. O Presidente acrescentou que foram muito sábios o motivo é relevante à juízo do Plenário, se o Plenário diz que é um motivo relevante, portanto, está postergado e fica a segunda dúvida quando houver então motivo relevante e se entra em um caso omissos que não está previsto o Plenário autoriza convocar o suplente sem prejuízo posterior à posse do titular e essa é a questão que será levado ao Plenário.

O Cons. Amilcar Pacheco disse concordar com a posição, lembrando ao Cons. Gilmar que de qualquer forma o suplente já tomou posse, foi empossado, já recebeu o diploma, tendo o Cons. Rogério Ramos mencionado se não seria o caso de reconhecer. O Presidente citou que é previsto, só levar ao Plenário se é um motivo relevante ou não de postergação, o outro ponto é se seria um motivo de convocar o suplente sem prejuízo para que o titular tome posse quando tiver condições. O Cons. Carlos Alberto comentou que a seu ver não teria que tratar isso como caso omissos e já poderia estar participando, citando que o processo eleitoral elege um titular e um suplente e este assume na ausência do titular, mas foi eleito como suplente e a condição de suplente não depende do titular, então já poderia estar no Plenário, sendo este o seu entendimento. O Presidente refutou dizendo que se convoca o suplente sem o Plenário se manifestar e estar muito claro perde o mandato. O Cons. Carlos Alberto teria uma interpretação mais “elástica” de que não estaria tomando o lugar do titular, ou seja, na ausência do titular, ainda que não tenha tomado posse, ele viria, tendo o Presidente dito que este seria um outro caso omissos.

Com a palavra, o Cons. Rogério Ramos citou que este texto colocado, podendo já apresentar e resolver a questão é uma situação que um comentário mal colocado pode machucar e seria melhor ser pragmático com essa questão e resolver o problema. O Presidente disse que irá levar a proposta ao Plenário desta forma e por isso está apresentando à DIREX.

Processo eleitoral CRA-RS – O Presidente relatou que foi enviado um expediente ao Cons. Rogério Cristino dando prazo de 15 dias para fazer o pagamento e veio uma resposta dizendo, pela Presidente do Regional, que com base no parecer jurídico não poderia fazer o pagamento e ressarcir os gastos com a eleição, citando que não foi enviado o parecer jurídico, citando que foi dado 48 horas para a apresentação do mesmo e veio o parecer jurídico, citando ser “uma coisa sem graça”, tendo sido citado que o CRA-RS não tem problema que se o CFA entreviu que tem que arcar, tendo sido o CRA que deu causa ao problema e diz que o problema foi a Infolog e não do CRA-RS, quando todas as evidências da própria comissão que foi “in loco” e em especial o relato técnico minucioso do colaborador José Carlos, Coordenador de Informática (CIN), comprovou o contrário e está devidamente relatado e consubstanciado, então, ela de forma muito sucinta disse em resposta ao ofício 439, “enviamos o parecer da Assessoria Jurídica do CRA-RS, conforme solicitado e anexo o parecer” e isso não exime de que o CRA-RS cumpra o ressarcimento dos valores apontados e aprovados pela DIREX e pelo Plenário do CFA e o Presidente disse que será feito outro expediente ressaltando novamente a necessidade e a não pertinência, mencionando que o Adv. Marcelo Dionísio está trabalhando nisso com outro prazo para o recolhimento, sob pena de judicializar a questão.

Situação do CRA-PA – O Presidente Mauro Kreuz informou que apresentará ao Plenário a proposta feita pelo Presidente atual do Regional de pagar as cotas partes em atraso (R\$ 1.329.000,00). A proposta seria pagar 20% do líquido que sobrar, descontadas todas as despesas operacionais do Regional, seriam destinadas para a amortização das cotas partes. Relatou que quando recebeu o ofício, enviou mensagem pelo WhatsApp a ele sobre o quanto representava 20% do líquido para

poder quantificar e trazer para a Diretoria que seria cerca de R\$ 15.000,00 a R\$ 20.000,00 / mês, assim, o Presidente quantificou que se pegar R\$15.000,00 / mês levará 88,7 meses, 7,4 anos para receber; se for R\$ 20.000,00 seriam 5,6 anos, ou seja, 66,5 meses. Foi apresentado e discutido e na oportunidade, o Vice-Diretor da Câmara que é Conselheiro Federal do Pará estava presente e veementemente foi contrário a qualquer mudança em relação a esta proposta porque junto com a CAF foi formatada uma proposta que seria R\$ 60.443,00 / mês, em 22 meses, ou seja, fecharia com a gestão atual em dezembro/2022 e essa seria a proposta do CFA, mas, obviamente, foi bastante rechaçada pelo Conselheiro do Estado do Pará que estava na reunião representando a Diretora da Câmara e sugerido pelo Diretor Fábio Macedo que aumentasse para 30% ou 40%, mas não houve qualquer simpatia em relação a isso, citando que a discussão se arrastou por muito tempo e todos cansados e ele encerrou a conversa e poderia ser o caso de levar as duas propostas ao Plenário e salvo melhor juízo levar as duas propostas: a do CRA-PA de 20% do líquido do que sobrar todos os meses que pelas estimativas daria R\$ 15.000,00 a R\$ 20.000,00 e a proposta da CAF de R\$ 60.443,68, salvo se viesse a surgir outra proposta no Plenário, mas seriam estas as propostas acordadas em reunião da Diretoria Executiva que serão levadas ao Plenário.

O Cons. Rogério Cristino informou que o Cons. Mauro Leônidas questionou se a negociação estaria em pauta e comunicou que não estava em pauta, mas que o Presidente Mauro Kreuz estaria no CFA e tentaria discutir o tema, citando que houve algumas conversas e a ideia de pegar esse valor da proposta da CAF que não fosse o percentual e sim o valor fixo, dividir em 4 anos, tendo sido uma proposta que surgiu e pela conversa o Cons. Mauro querem fixar o percentual de acordo com a arrecadação pagando tudo e, a seu ver, seria um risco muito grande porque ninguém sabe o que vem pela frente e pensa que deveria ser um valor fixo, que não seja os 60 para que se prepare a planilha.

O Cons. Rogério Ramos citou que essa questão de 20% seria só como parâmetro porque o formato contado não seria esse, sendo que não existe forma de o CFA ter sustentação jurídica para ficar descontando uma coisa que é regulamentar, se tem que passar X passa X nem a mais, nem a menos, é fixo, e contabilmente entrou, passou para o CFA o valor, faz um outro depósito no valor logo em seguida, tranquilo.

O Cons. Marcos Kalebbe expôs, como já foi dito pelo Presidente Mauro Kreuz, todos estão conselheiros federais, ou seja, têm que defender a instituição CFA, citando que no seu caso representa a Paraíba, mas não se discute apenas assuntos da Paraíba, se discute o Brasil como todo e todos estão para defender o Conselho Federal de Administração, sendo este o primeiro ponto, outro dado importante sobre a questão dos 20%, não dizendo que será feito isso, mas, por exemplo, ao querer passar um valor abaixo para o CFA pode-se ter uma despesa no Regional, um evento, e após pagar as despesas qual seria do percentual a ser pago para o Conselho, assim em termos de percentual não teria condições de ser aprovado, após pagar todas as despesas pagar 20%, pode-se fazer uma despesa, arranjar uma despesa aqui e acolá. O Presidente Mauro Kreuz comentou sobre como seria feito o aferimento disso, como aferir todos os meses, do ponto de vista prático. O Cons. Marcos Kalebbe citou que ele e o Cons. Amilcar Pacheco vivenciaram no dia a dia do Regional e ali com uma parcela mínima de R\$ 50.000,00 daria para pagar tranquilamente sem comprometer o Regional.

O Cons. Amilcar Pacheco comentou que o que foi colocado pelos Conselheiros Rogério Cristino e Marcos Kalebbe é extrema realidade, citando que fez a parte financeira, pelo menos a parte de planejamento financeiro, depois passava para o Marcos Kalebbe e para o Cons. Rogério Cristino que aprovavam e, de qualquer forma, a sua atuação como Presidente interventor foi bastante prejudicada pela parte financeira, foram pagos de passivo anterior em 2019, praticamente R\$ 1.600.000,00 entre impostos e valores do próprio CFA que foram dirigidos, só de CFA, referente à cota parte anterior, foram transferidos ao CFA cerca de R\$ 700.000,00 sem mexer em nada, nos últimos dois meses foram pagos R\$ 700.000,00 de impostos que tinham bloqueado as contas e no resto do ano é praticamente outros R\$ 700.000,00 e o que acontece, foi deixado um saldo para o CFA que custeasse 3 meses para frente, apesar de críticas, porque queriam que não tivessem pago o CFA e tivessem ficado "encaixado" esse dinheiro para ter a segurança de um ano ou um ano e pouco. Citou que foram recebidas críticas e reclamações, inclusive, feitas ao CFA, citando que o número que a CAF tem acredita ser coerente de R\$ 60.000,00, relatando que tinha feito um pouco maior R\$ 63.000,00 e concorda com o Cons. Marcos Kalebbe que para se fazer uma negociação para baixar e achar que "nem tanto ao mar, nem tanto à terra" acha que esse número do Cons. Marcos Kalebbe de R\$ 60.000,00 é extremamente razoável e pode sim, com extrema certeza, ser cumprido e acha que no mínimo já deveriam estar pagando desde janeiro R\$ 600.000,00, mesmo com a pandemia, acrescentando que o CFA tem uma carteira de ações que garante uma entrada financeira, fora os pagamentos de cotas partes, de anuidades de R\$ 150.000,00 por mês. Em referência, o Cons. Diego Costa citou que esteve na CAF conversando com o Cons. Rogério Cristino e Cons. Ibrahim Uehbe e entende todos esses aspectos e a importância de debater essa questão do valor, mas lhe preocupa nessa negociação, o Presidente do CRA-PA está com vontade de pagar, mas esse recurso está ligado ao ex-Presidente do Regional Adm. José Célio, que foi o gestor anterior, e a preocupação seria que o Regional pode bater o pé e dizer que nesse valor não vai pagar e deixar para frente, por não ser da gestão, citando que tem um processo, que também foi lembrado pelo Cons. Amilcar Pacheco que como Presidente interventor suspendeu, já dá ganho para o CFA, inclusive, com cassação de receita e seria bom o Adv. Marcelo Dionísio explicar sobre a questão. O Adv. Marcelo Dionísio expôs que existe uma ação movida em 2017, na época do ex-Presidente Wagner Siqueira e ação de cobrança do CFA contra o CRA-PA, que, se não se engana, seria no valor de R\$ 1.200.000,00, valor histórico na época, e a situação foi suspensa na época, contestaram o ex-Presidente José Célio e a Advogada, o processo entrou na fase de especificação de prova e verificação da necessidade de audiência, citando que conversou com o Cons. Amilcar e foi convencido em suspender o processo por 6 meses para que houvesse uma eventual tratativa de acordo entre as partes e o processo está estacionado por enquanto. O Cons. Rogério Ramos disse que o CFA fez um esforço sobremaneira para resolver um problema do estado do Pará, estava no chão, colocou de pé, ajeitou e não se pode derrubar de novo, ainda mais em um momento como este, acrescentando que o mais importante neste processo é o reconhecimento dessa dívida, a partir do momento que o CRA quer fazer o acordo e reconhece uma dívida e

têm condições seria uma coisa que gerará um equilíbrio, mas se há condição de fazer o parcelamento neste sentido em que todos ficam bem e o que mais valerá juridicamente, eticamente, para dar um ponto final, citando que foi um trabalho muito bem feito, muito firme em poder partir para uma intervenção, retirar um grupo que estava fazendo coisas erradas e restabelecer o Conselho e a unidade, que é um “braço” do CFA que está lá e dar continuidade para que siga a vida e, por exemplo, esse passivo é um passivo imenso e não há hipótese nenhuma de ser pago por lá de uma vez só, seria só estabelecer esse equilíbrio e, sobre o ponto de vista legal, e de questão ética está certo a partir do momento que reconhece a dívida e tem condição para isso, como o Cons. Diego disse de estar assumindo “bomba” dos outros e o que acontece, isso na própria legislação vigente consta, às vezes o Prefeito faz coisa errada no município e a partir do momento que se coloca o município no calque e responsabiliza o antigo gestor por tudo a Prefeitura restabelece o seu crédito, então seria um restabelecimento de crédito. Ainda, em referência, o Cons. Amílcar Pacheco mencionou que quem assume a função e a posição assume os riscos inerentes e ficou muito fácil durante 15 anos ninguém se manifestar contra o ex-Presidente do CRA-PA, José Célio, deixaram fazer o que quis, não sabe se por medo ou negligência ou o problema era só de abstenção de participar e agora dizer que não é problema dele e se o CFA não tivesse na pessoa do Adm. Mauro Kreuz, que foi ameaçado, intimidado e recebeu ações, ameaças de morte e não tivesse tomado uma atitude, José Célio estaria até hoje “metendo a mão no pote”. Citou, ainda, a intervenção teve um custo e não está sendo repassado ao Regional para ajudar e fica fácil dizer eu pago R\$ 10.000,00 ou R\$ 20.000,00 sabendo que tem uma capacidade de pagamento de no mínimo o dobro e não pode concordar com as colocações porque ele, o Cons. Marcos Kalebbe e Rogério Cristino vivenciaram a situação no CRA e sabem da capacidade de pagamento do Regional e fica difícil aceitar que agora venha uma proposta deste nível, que é realmente extremamente baixa e não condiz com a condição do Regional. O Cons. Rogério Cristino apresentou duas complementações, sobre o repasse da cota parte, citando que a Junta Interventora encontrou o Regional “zerado” e foram pagando todas as cotas partes desde o primeiro mês que estavam lá, o volume que entrava, reajuste dos empregados foi feito, foi feita a reforma no imóvel, com auxílio de recursos do PRODER, citando que está regularizando o imóvel avaliado de R\$ 450.000,00 a R\$ 500.000,00 e acredita que a Diretoria do CFA e o Plenário tem que rever, mas concorda com o percentual, citando que a CAF trouxe a proposta e no Plenário é preciso colocar em discussão. Sobre o imóvel, o Cons. Rogério Cristino disse que ficou arquivado pelo ex-Presidente do Regional e não fez o registro em cartório.

O Cons. Marcos Kalebbe apresentou outras duas propostas, mencionando que seriam 3 anos de anuidade – 2016, 2017 e 2018. O ano de 2016 foi pago uma parte referente àquele exercício, sendo o débito menor, o Presidente Mauro citou ser R\$ 131.000,00, tendo o Cons. Marcos Kalebbe esclarecido que não se lembra do valor exato, mas a sugestão seria pagar 2016, mas o valor seria muito irrisório, mas retirou a proposta e entende que se não aceitar a proposta é continuar com a ação, infelizmente.

O Presidente Mauro Kreuz relatou que apresentará a proposta vinda do CRA-PA da forma como foi relatado e a CAF apresentará a proposta da Câmara por meio do Cons. Rogério Cristino, que fará a apresentação. O Presidente Mauro propôs R\$ 50.000,00 ao mês, mas foi sugerido manter a proposta da CAF e manter a negociação em Plenário e discutir o tema, destacando o Presidente Mauro Kreuz que o tema será polêmico, tendo ficado alinhado desta forma entre os membros da Diretoria Executiva.

28. AGENDA PARA A PRÓXIMA REUNIÃO

- 3ª Reunião DIREX (Imersão), nos dias 8 e 9 de abril de 2021, em Brasília/DF.

29. ENCERRAMENTO

Ao final, o Presidente Mauro Kreuz agradeceu a presença dos membros da Diretoria Executiva e dos Colaboradores do CFA presentes, dando por encerrada a reunião.

Lida e aprovada a ata, assinam:

Adm. Francisco Rogério Cristino

Diretor Administrativo e Financeiro

CRA-CE nº 1904

Adm. Mauro Kreuz

Presidente do CFA

CRA-SP nº 85872



Documento assinado eletronicamente por **Adm. Francisco Rogério Cristino, Diretor(a)**, em 26/05/2021, às 19:34, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Adm. Mauro Kreuz, Presidente**, em 27/05/2021, às 17:32, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.cfa.org.br/conferir, informando o código verificador **0864486** e o código CRC **CFD018BC**.

Referência: Processo nº 476900.001476/2021-05

SEI nº 0864486